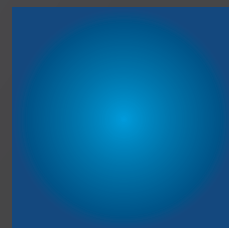
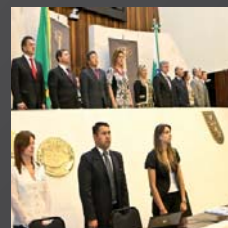
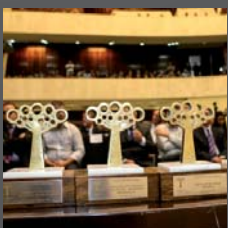
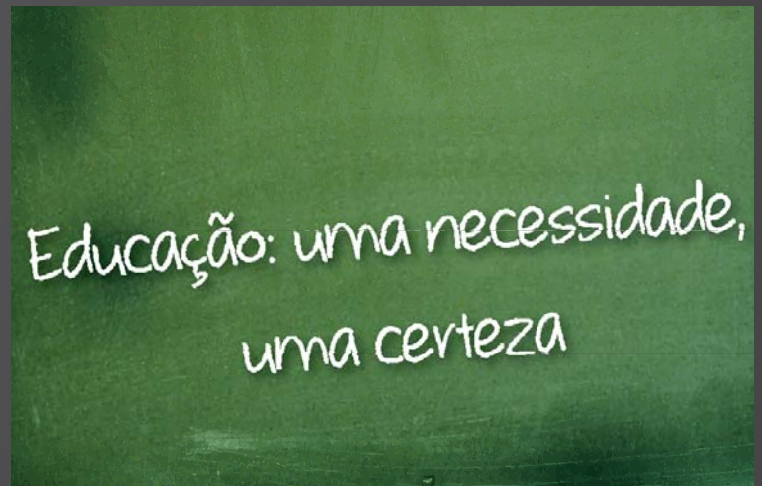


I PRÊMIO
GESTOR PÚBLICO
PARANÁ

2013



Expediente

Revista do I Prêmio Gestor Público Paraná

Publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL

Presidente: José Carlos Carvalho

Vice - presidente Sindical: Wanderci Polaquini

Vice - presidente de Administração: Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice - presidente de Finanças: Olávio Pires Pereira

Vice - presidente de Aposentados e Pensionistas: Delcides Toneli

SUPLENTES

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTES

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTES

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinguello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

PRODUÇÃO

STUDIO ART COMUNICAÇÃO INTEGRADA

lwww.sacomunicacaosindical.com.br | 41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR),

Larissa Amorim (SRTE 9459/PR),

Larissa Knaipp

Índice

Palavras do presidente do SINDAFEP	05
PGP-PR contribui para a disseminação de boas práticas pelo estado	06
Projeto “Agroindústrias Familiares” dá apoio a agricultores	10
Professores de Pinhais redescobrem o encantamento de ensinar	12
Gestão tributária de Nova Esperança é modernizada com projeto	14
População de Engenheiro Beltrão possui internet gratuita	16
Inclusão digital no município de Assaí	18
Professores e servidores de Cambé aprendem com a formação continuada ..	20
Chopinzinho disponibiliza educação em tempo integral nas escolas do município	22
Comunidade escolar é valorizada na capital paranaense	24
“Patronato” promove a ressocialização nas penitenciárias de Foz do Iguaçu	26
“Incentivo ao Produtor Rural” transforma a administração tributária de Guairaçá	28

Parque Municipal das Araucárias se torna local para ensino de educação ambiental	30
ATIs melhoram a vida dos idosos de Maringá	32
Projeto de Nova Fátima leva educação e tecnologia à população	34
“CRIAR” resgata crianças e adolescentes em risco	36
Município adquire novos empreendedores com o projeto “Vocação em Ação”	38
Projeto “Lixo que Vale” transforma a reciclagem de Umuarama	40
“PESCÔ” ajuda o município de Campo Largo a se livrar das drogas	42
Projeto promove educação ambiental no município de Ibiporã	44
Ipiranga aposta em futuro sustentável	46
Saúde e agricultura são beneficiadas com o projeto “Café da Roça e da Moda”	48
Mulheres conquistam novo espaço no município de Piên	50
Crianças de Ponta Grossa aprendem durante o trajeto para a escola	52
Moradores de Santa Terezinha do Itaipu se engajam por uma cidade mais limpa	54

Palavras do presidente do SINDAFEP

Prezados senhores,

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP) sente-se honrado em apresentar esta publicação, que traz os vencedores do I Prêmio Gestor Público Paraná, realizado em 2013.

Inicialmente os municípios que se inscrevem são visitados por auditores fiscais da Receita Estadual do Paraná, que avaliam diagnóstico, planejamento, execução e resultados, ainda que parciais. Em seguida, os projetos são apresentados pelos auditores fiscais ao Comitê Técnico. Os que atingirem notas entre 75 e 85 pontos receberão o Certificado de Reconhecimento. Os com nota superior a 85 pontos serão avaliados pela Comissão Julgadora, que, sem informações sobre o município de origem e o montante de recursos empregados, definirá os premiados e o prêmio atribuído.

Com esta metodologia, tem-se uma escolha tecnicamente adequada, sem protecionismos, preconceito ou preferências geográficas, culturais ou políticas.

Após o grande sucesso da 1ª edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), o SINDAFEP reedita este modelo de premiação para os gestores municipais que desenvolvem boas práticas de gestão por meio de projetos eficazes que priorizam melhorar a vida dos cidadãos. A repercussão extremamente positiva fez-nos perceber que este caminho deve continuar sendo trilhado.

Assim, com satisfação e entusiasmo, estamos lançando esta 2ª edição do Prêmio Gestor Público Paraná, procurando destacar a criatividade e os bons exemplos de como usar o dinheiro público. Este ano escolhemos como tema a SAÚDE. A definição do tema não é restritiva, pois podem ser inscritos projetos em execução nas mais diversas áreas.

Quando falamos em saúde, trazemos à discussão a educação, a cultura, o meio ambiente, o esporte, a nutrição e tantos outros comportamentos que causam ou despertam o bem-estar social. Isto significa que todos os gestores públicos estão aptos a participar desta desafiadora iniciativa. Fundamental é a demonstração de práticas exitosas na gestão pública.

Com isso o SINDAFEP, mais uma vez, fortalece sua visão de responsabilidade social, contribuindo para o estímulo às boas atuações administrativas e à cultura de planejamento com vista às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Espera-se que esta publicação seja um instrumento para gestores públicos buscarem ideias para realizar uma administração pública de excelência.



José Carlos Carvalho
Presidente do SINDAFEP



PGP-PR contribui para a disseminação de boas práticas pelo estado

Em 2013, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP) lançou a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), por meio do convênio com o Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIFISCO/RS), detentor da marca.

O Prêmio Gestor Público Paraná visa reconhecer e contemplar os gestores públicos municipais do nosso estado que desenvolvam boas práticas administrativas e projetos de administração pública que tenham o intuito de trazer resultados com aspectos positivos para suas cidades e, conseqüentemente, estimular o crescimento social e econômico.

O tema da primeira edição “Educação: uma necessidade, uma certeza”, foi escolhido como um modo

de incentivo aos governos municipais para o aprimoramento dos processos educacionais e valorização dos profissionais da área por meio da adoção de políticas públicas que sejam direcionadas à gestão da Educação Infantil e Fundamental – tendo em vista que um dos ideais do Prêmio é o incentivo ao uso de metodologias de planejamento, execução e controle de projetos nos governos dos municípios do estado.

“Nós temos a certeza de que com a educação é possível modificar a situação das pessoas, contribuindo tanto para o crescimento pessoal quanto para o crescimento do nosso país”, afirma o Coordenador-Geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior.

Instituído em 2002, pelo Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (SINDAF) – hoje, SINDIFISCO-RS

–, o Prêmio Gestor Público tem atraído muitos interessados e trazido resultados muito positivos para a sociedade gaúcha proporcionando desenvolvimentos de boas práticas bastante relevantes, e, em vista disso, o SINDAFEP decidiu expandir a iniciativa também para o Paraná.

“O Prêmio Gestor por distinguir e reconhecer projetos de excelência realizados pelas prefeituras municipais dos estados deveria ser uma iniciativa não apenas do Paraná e do Rio Grande do Sul, mas de todos os estados da Federação”, declarou o presidente do SINDIFISCO-RS, Luiz Antonio Bins.

O Prêmio Gestor Público Paraná é patrocinado pela Agência de Fomento do Paraná e entre os apoiadores estão a Associação Nacional do Ministério Público

de Contas (AMPCON), a Associação Paranaense de Imprensa (API), a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Seção do Paraná), a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA), Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARTICIPAÇÃO

Todos os municípios do Paraná puderam participar do Prêmio Gestor Público Paraná com até cinco projetos cada, que abrangessem qualquer área das funções de governo previstas na Portaria 42/99 do Ministério de Orçamento e Gestão (MOG - atual MPOG), mesmo com o tema sendo em torno da educação.

Após o lançamento do Prêmio em maio de 2013, no Plenarinho da ALEP, 49 prefeituras participaram da iniciativa com 89 projetos apresentados, o que reflete o interesse dos gestores paranaenses em realizar e compartilhar ações voltadas ao bem-estar social, trazendo melhorias para o estado e para toda a população.



O número de inscritos no PGP-PR demonstra o intenso trabalho desenvolvido pela equipe organizadora - principalmente o trabalho realizado pelos avaliadores do Prêmio, os quais visitaram todas as regiões do estado com o objetivo de divulgar o Prêmio e incentivar os gestores públicos a inscrever seus projetos.

O PROCESSO

Com o intuito de realizar um bom trabalho em prol da comunidade paranaense, o Prêmio Gestor Público Paraná contemplou uma equipe extremamente capacitada.

Para o desenvolvimento da iniciativa foram formadas equipes relacionadas ao comitê técnico, comissão julgadora, avaliadores de projeto e equipes de apoio logístico.

Para um melhor controle e obtenção de resultados, foram diversas as etapas para a premiação. Após as inscrições, o comitê técnico fez uma pré-análise dos projetos verificando se estavam de acordo com o regulamento.

Visando aperfeiçoar o processo de avaliações do Prêmio, o SIN-

DAFEP realizou cursos preparatórios para os 26 avaliadores de todas as Delegacias Regionais da Receita Estadual (DRR) que atuaram no I PGP-PR.

O passo seguinte foi a avaliação de campo, na qual os avaliadores visitaram cada uma das cidades inscritas no Prêmio, a fim de verificar se os projetos realmente estão sendo executados conforme as regras estabelecidas no PGP-PR.

Feitas as visitas, em outubro os avaliadores realizaram apresentações dos projetos inscritos na premiação para a análise e avaliação pelo comitê técnico, como o de apontar a legitimidade dos trabalhos desenvolvidos pelos gestores públicos.

Para isso, os avaliadores expuseram suas impressões durante as visitas e os quesitos técnicos referentes à aplicabilidade, à mensuração de resultados e ao desenvolvimento das atividades, entre outras ações que comprovassem a validade do projeto.

Ao fim das apresentações e dos relatórios realizados pelos avaliadores, os projetos receberam uma nota do comitê técnico e foram encaminhados à comissão julgadora para a





avaliação final e definição dos premiados. Nessa etapa, a comissão analisou apenas os projetos, sem sequer saber a qual municípios pertenciam, garantindo assim a imparcialidade durante as decisões.

PREMIAÇÃO

No dia 03 de dezembro, o SINDAFEP realizou a cerimônia de entrega da primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que contou com a presença de autoridades, parlamentares e da população paranaense.

O Prêmio, lançado em maio deste ano, mostrou já em sua primeira edição o engajamento e a preocupação não apenas dos gestores, mas de toda a sociedade com o desenvolvimento de bons projetos pelo estado.

“Neste primeiro ano do prêmio, o resultado foi exitoso e ficamos felizes com a participação das prefeituras. Surgiram projetos de cunho social e de boas práticas administrativas, belíssimos, de prefeituras com poucos recursos, mas que podem servir de exemplo para outros gestores”, ressaltou Chiesorin Junior.

Na ocasião a secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira, ressaltou a importância do SINDAFEP trazer esse reconhecimento aos gestores do Paraná.

“Essa é uma iniciativa que o Paraná precisava há muito tempo, de prestigiar os prefeitos que praticam uma administração eficiente, responsável e criativa mesmo com a pouca receita que possuem, demonstrando que não basta apenas ter recursos, é preciso ter compromisso com a população”, afirmou Jozélia.

Foram premiados os municí-



pios de Assaí, Cambé, Campo Largo, Chopinzinho, Cianorte, Curitiba, Engenheiro Beltrão, Foz do Iguaçu, Guairaçá, Guarapuava, Ipirorã, Ipiranga, Maringá, Nova Esperança, Nova Fátima, Paraíso do Norte, Piên, Pinhais, Ponta Grossa, Rolândia, Santa Terezinha do Itaipu, Telêmaco Borba e Umuarama.

O projeto “Agroindústrias Familiares”, do município de Cianorte, foi contemplado com o Prêmio Gestor Público Paraná Especial.

“Este é um momento especial para Cianorte. Uma cidade que possui apenas 75 mil habitantes ter conseguido um Prêmio tão importante quanto esse. Para o próximo ano já estamos idealizando novos projetos”, afirmou o prefeito municipal, Claudemir Romero Bongiorno.

O Prêmio de Administração Tributária foi para o município de Nova Esperança, pelo projeto “Modernização da Gestão Tributária”.

Na ocasião, o prefeito de Nova Esperança, Gerson Zanusso, ressaltou o interesse dos demais gestores em conhecer a iniciativa. “Nós estamos muito satisfeitos, não só pelo prêmio, mas pela nossa cidade. Após receber a premiação vários prefeitos já nos procuraram para saber como foi desenvolvido o trabalho”.

O município de Pinhais recebeu o Prêmio Destaque de Educação com o projeto “Redescobrimo o encantamento de ensinar”.

Para o prefeito de Pinhais, Luiz Goularte Alves, o Prêmio Gestor Público Paraná contribui para a ampliação do desenvolvimento de bons projetos pelo estado. “Se não fosse pelo PGP-PR nós não teríamos conhecimento das iniciativas importantes que acontecem no Paraná e que servem de exemplo para os gestores.



Nós mesmos já estamos pesquisando os projetos que deram certo em alguns lugares para implantarmos no município de Pinhais”.

A cidade de Engenheiro Beltrão recebeu o Prêmio de Tecnologia da Informação pelo desenvolvimento do projeto “Ebonline”.

Além disso, o projeto premiado também foi contemplado com uma carta de premiação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), que fará a cessão gratuita do uso de *softwares* ou sistemas por ela desenvolvidos, para utilizá-los na realização dos objetivos propostos no seu Programa de Inclusão Digital, ou em outras ações que tenham destinação social.

“A premiação é um reconhecimento que enobrece toda a equipe que participou do projeto e toda a cidade. Nosso projeto ganhou um corpo muito grande e hoje leva internet gratuita para todos os distritos e zona rural da região”, afirmou o prefeito municipal, Elias de Lima.

O SINDAFEP também premiou 12 projetos com o troféu Prêmio Gestor Público e outros sete projetos

com Certificados de Reconhecimento.

2ª EDIÇÃO

Em vista do sucesso da primeira edição, em 2014 o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná promoverá o II Prêmio Gestor Público Paraná.

Nesse ano o tema da premiação será “Saúde: direito do cidadão, responsabilidade do Estado”, visando incentivar as administrações municipais a desenvolver políticas públicas integradoras, por intermédio de projetos que promovam a proteção e a recuperação da saúde, atendendo aos mais diversos níveis de complexidade.

Apesar do tema Saúde, os municípios poderão inscrever projetos em qualquer área das funções de governo previstas na Portaria 42/99 do então Ministério de Orçamento e Gestão como agricultura, assistência social, administração, cultura, educação, gestão ambiental, entre outras.

A diretoria do SINDAFEP conta com a participação dos gestores paranaenses nessa importante iniciativa para o estado.



Projeto “Agroindústrias Familiares” dá apoio a agricultores

O município de Cianorte foi premiado com o troféu Prêmio Gestor Público Especial, durante a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), pelo projeto “Agroindústrias Familiares”.

A iniciativa tem como objetivo apoiar a inclusão de agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, ampliar a geração de renda e as oportunidades de trabalho no meio rural.

Dirigido pela Secretaria Municipal de Agricultura, a ação pretende oferecer condições de trabalho e crescimento profissional na zona rural, bem como ajudar os produtores a saírem da informalidade.

Essa foi uma alternativa encontrada pelos gestores de Cianorte para reduzir e evitar a migração dos

municípios para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades profissionais.

Para isso, a iniciativa se direciona a ampliar o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como melhorar as condições de vida dos pequenos produtores rurais, apoiando iniciativas para a criação de “Agroindústrias Familiares”.

O projeto visa identificar, quantificar, selecionar, normatizar, adaptar as propriedades, construindo, ampliando ou equipando-as, bem como auxiliar na sua formalização jurídica e na habilitação econômica, no treinamento de mão de obra e na autorização para comercialização de seus produtos.

Para as agroindústrias

derivadas da agricultura familiar que já estão em atividade, a iniciativa contribui por meio do subsídio do processo envolvendo sua legalização, ajustes no trabalho, no mercado e nos produtos.



AGROINDÚSTRIAS COM LEGALIZAÇÃO,
EQUIPAMENTOS, EMBALAGENS E
COLOCAÇÃO NO MERCADO.

MUDANÇA

São beneficiados pequenos produtores rurais que sonham em abrir sua agroindústria dos mais diversos tipos de alimento como queijos, doces, mel entre outros produtos.

As famílias agricultoras normalmente destinam parte de sua produção ao consumo próprio e parte à comercialização. Com as ações, os agricultores passam a controlar melhor seus negócios, sendo-lhes possível ampliar e melhorar seu comércio.

O serviço de assistência técnica para a criação do negócio é gratuito e o atendimento é realizado por uma equipe especializada.

Além de informar e facilitar o processo de criação e legalização dessas pequenas indústrias, a equipe acompanha seus trabalhos, para garantir a qualidade dos produtos que irão para o mercado.

INSPEÇÕES

Em relação à qualidade dos produtos, é disponibilizada a inspeção dos produtos fabricados e emitido o selo de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) dos Produtos de Origem Animal (POA) de acordo com a Lei 1.701/95, atestando sua qualidade pelo resultado das análises laboratoriais realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Para a implantação da agroindústria, a equipe da Secretaria visita a propriedade para verificar a viabilidade do negócio.

A partir daí, é elaborada a planta, conforme exigências da Vigilância Sanitária e, caso o produtor não possua recursos suficientes para dar início ao negócio, a Secretaria dá total auxílio na contratação de linhas de crédito por meio do Programa



Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

ESTRUTURA

Para a criação da agroindústria, coletam-se informações sobre a infraestrutura local, mercado e as unidades de produção familiar que irão fazer parte do projeto, incluindo área da propriedade, tamanho das famílias, produção agrícola, produção animal, outras receitas e despesas.

Feito o levantamento, a unidade agroindustrial é construída ou ampliada, bem como são adquiridos os equipamentos básicos necessários para seu funcionamento.

A equipe também contribui no processo de legalização da agroindústria familiar, que consiste no encaminhamento de documentos aos órgãos responsáveis pela regularidade jurídica e sanitária das empresas.

PRODUÇÃO

Ao iniciar o processamento agroindustrial são feitas orientações para capacitar as pessoas que desempenharão as tarefas do negócio, como forma de manter a gestão da qualidade.

Também são realizadas orientações sobre os cuidados relacionados aos equipamentos, ao trabalho e ao local de trabalho para que a produção se desenvolva do melhor modo possível.

A equipe ainda orienta na compra de equipamentos, na confecção de rótulos e de embalagens e ajuda as agroindústrias a se colocarem no mercado.

VALORIZAÇÃO

Com o projeto “Agroindústrias Familiares”, o produtor agrega valor ao seu produto e tem ampliadas as possibilidades de seu negócio.

Além da melhora na qualidade de vida, do aumento de renda e do desenvolvimento, os participantes têm expressivo ganho de aprendizado.

Com o programa, o produtor rural legaliza os seus processos de produção e conquista a oportunidade de vender seus produtos diretamente nos mercados, agregando-lhes valor.

Com a oportunidade de sair da informalidade, os pequenos produtores conquistam autonomia e valorização profissional através da iniciativa.



Professores de Pinhais redescobrem o encantamento de ensinar

“Redescobrimo o Encantamento de Ensinar” é o nome do projeto que mudou a vida dos professores da rede municipal de ensino de Pinhais, que reconquistaram a oportunidade de exercer sua profissão após afastamentos médicos.

O projeto premiado com o troféu Prêmio Gestor Público Destaque durante o I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), desde sua criação, em 2010, já garantiu o retorno de aproximadamente 25% dos professores que possuíam restrições médicas para atuação em sala de aula.

Proporcionar o acompanhamento diferenciado e especializado para profissionais da área da educação que enfrentam dificuldades no dia a dia para desenvolver suas atividades laborais é o principal objetivo do projeto. Os problemas de saúde gerados pelo exercício da docên-

cia fizeram com que a Secretaria Municipal de Educação de Pinhais realizasse o projeto visando uma ação em conjunto entre professores, alunos, instituições de ensino e sociedade, não apenas para melhorar a saúde dos profissionais, mas

também a qualidade de ensino da região.

Para isso, é efetuada uma série de análises e acompanhamentos com os professores que se encontram em licença médica, decorrente ou não de situações relacionadas ao



trabalho, para executar ações como cursos, palestras, oficinas, dinâmicas de grupo e programas de formação continuada, de acordo com as necessidades de cada docente, com o objetivo de recuperá-los para suas atividades de trabalho.

DIAGNÓSTICO

Para implementar o projeto, o governo municipal realizou diversas etapas de organização, orientação e acompanhamento, para possibilitar o tratamento adequado dos profissionais de educação.

Profissionais do próprio quadro de servidores da prefeitura como psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos e professores atuaram no projeto.

Inicialmente, foi feito um levantamento do número de funcionários afastados de seus cargos em cada unidade de ensino do município, no intuito de conhecer quem são e qual é a sua realidade de trabalho. Após o estudo, os professores foram convidados a participar de discussões sobre os motivos que os levaram ao afastamento e os problemas enfrentados por eles. Durante as conversas, os agentes da prefeitura buscaram compreender e auxiliar os docentes na superação de suas dificuldades.

Além do acompanhamento das perturbações dos professores, como distúrbios nas cordas vocais e depressão, por exemplo, o trabalho também foi realizado para prevenir doenças como a Síndrome de Burnout, causada pelo estresse e esgotamento profissional.

REINÍCIO

Após as conversas e a troca de experiências, foi instituída a formação continuada aos professores, através de cursos e oficinas, nos quais



foram implementadas estratégias de trabalho de acordo com as necessidades dos profissionais e dos alunos envolvidos.

Por meio de dinâmicas de grupo foram aplicadas técnicas para o resgate da autoestima, buscando a melhora em sua qualidade de vida e relacionamentos.

Ao fim do processo, os professores retornam às suas atividades, porém, gradativamente, iniciando os trabalhos em um ritmo mais lento, por meio de aulas em contraturno com o reforço escolar, por exemplo. Deste modo, os docentes passaram a ter a opção de voltar a atuar, iniciando as atividades em sala de aula de modo progressivo até que se encontrem em plenas condições de retornar ao ritmo normal de trabalho.

O governo municipal realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas durante o regresso aos trabalhos, bem como o rendimento dos alunos por eles atendidos para que não se encerre a assistência nesse momento.

Nos três primeiros anos do projeto, foram realizados encontros mensais de quatro horas com os professores e acompanhamento nas escolas.

Já em 2013, os encontros passaram a ser semestrais, com acompanhamento contínuo de cada profissional em sua unidade de ensino.

MAIS QUALIDADE

O retorno dos professores afastados para o ambiente escolar, além dos benefícios trazidos à sua saúde e vida de trabalho, trouxe melhorias que puderam ser acompanhadas pelos agentes municipais.

Com mais professores trabalhando no reforço escolar, anualmente cerca de 650 alunos que apresentavam defasagem de conhecimentos ou dificuldades de aprendizagem puderam receber atendimento individualizado e personalizado. Em consequência disso, a prefeitura verificou a melhora nos índices de aprovação nas escolas onde estes profissionais atuaram.

Em alguns casos, os professores que se submeteram a tratamentos psiquiátrico e neurológico receberam alta médica e retornaram às suas atividades em sala de aula já no semestre seguinte ao início da participação no projeto, desonerando os cofres públicos.



Gestão tributária de Nova Esperança é modernizada com projeto

O município de Nova Esperança aprimorou seu sistema de administração tributária com o projeto “Modernização da Gestão Tributária”.

O projeto foi implantado em 2011, através do trabalho realizado pela prefeitura municipal de Nova Esperança por meio da Secretaria de Finanças e o Setor de Tributação.

Premiado com o troféu Prêmio Gestor Público de Administração Tributária no I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), o projeto visa fortalecer o sistema financeiro local e aumentar os recursos financeiros à disposição para a realização de investimentos no município.

A prefeitura municipal de Nova Esperança identificou a ineficácia da arrecadação de seus tributos, o que prejudicava o desenvolvimento dos trabalhos da gestão como um todo.

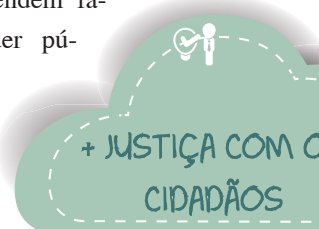
Em vista disso, detectou a necessidade de modernizar a gestão tributária do município, o que engloba revisões legais tais como a do Código Tributário Municipal, por exemplo.

Para o desenvolvimento do projeto, os gestores municipais realizaram a implantação de políticas tributárias justas em conjunto com a modernização dos procedimentos fiscais, com a atualização e a adequação das normas legais do município.

Também fez parte do projeto a desburocratização e a modernização do atendimento ao contribuinte, por meio da disponibilização de serviços via internet, em vista da facilidade que a ferramenta *online* proporciona tanto para o cidadão quanto para a administração, que

passa a realizar seus controles virtualmente.

A partir dessa iniciativa os gestores municipais pretendem fazer com que o poder público participe mais ativamente de todos os setores geradores de renda para o cidadão.



A relação entre fisco e contribuinte também deve ser fortalecida à medida que trabalhem unidos com o objetivo



de transformar o município em um polo forte na área tributária e no qual os cidadãos sejam tratados com dignidade e respeito.

IRREGULARIDADES

Com o projeto, o município quer eliminar a evasão de recursos e a inadimplência, aumentando a fiscalização dos contribuintes, como forma de agir de maneira justa com aqueles contribuintes que pagam seus tributos em dia por meio da concorrência leal entre todos.

Durante levantamento realizado no projeto, foram identificados dados relativos à inadimplência de diversos estabelecimentos da região. De acordo com os dados, cerca de 35% dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços exerciam suas atividades de forma irregular.

Em vista disso, foi implantado um dos principais pontos do projeto, a inteligência fiscal, que realiza a sincronização dos dados com a Receita Federal e a atualização dos cadastros municipais.

Com a inteligência fiscal, que possibilitou ao município executar uma fiscalização rigorosa, constatou-se que mais de 800 empre-



sas não possuíam registro em seu cadastro municipal.

MODIFICAÇÕES

Através do projeto, o sistema de receitas municí-



pais tributárias passou por um processo de análise e modificação quase integral, com o objetivo de potencializar o recebimento das receitas.

Os procedimentos fiscais foram modernizados para facilitar os serviços disponibilizados aos contribuintes. Com a modernização, os contribuintes conseguem ter acesso gratuito, através da internet, aos serviços de consultar impostos, emitir livros financeiros e fiscais, certidões e guias de recolhimento do imposto.

Já os prestadores de serviços conseguem obter pela internet, gratuitamente, a emissão de documentos como a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e a Autorização Eletrônica para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF Eletrônica).

Também foram melhoradas as ações administrativas com relação ao imposto diretamente em sua origem, buscando a efetividade em atividades como a cobrança de dívidas.

Além disso, também foi realizada a aplicação do cadastro mobiliário digital e da isonomia fiscal, por meio da qual todos pagam o que é justo, sem exceções.

MELHORIAS

Com a implantação do projeto “Modernização da Gestão Tributária”, o município passou a realizar levantamentos de dados precisos antes sequer pesquisados, passando a contar com informações cruciais sobre a sua economia, referentes à prestação de serviços.

Com estas informações a administração pública pode implementar iniciativas para incentivar um determinado ramo de serviços e prever com precisão o nível de arrecadação.

Também foi feito o ajustamento dos valores venais para fins de IPTU, envolvendo recadastramento de imóveis e ajustes nos bancos de dados municipais, com o acompanhamento mensal da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a agilização da recuperação de créditos tributários.

A melhoria na cobrança da dívida ativa e a mudança na legislação resultaram no aumento da arrecadação dos tributos do município, possibilitando a ampliação dos investimentos em serviços à população.



População de Engenheiro Beltrão possui internet gratuita

“EBONLINE” ou “Engenheiro Beltrão online” é o projeto premiado com o troféu Prêmio Gestor Público de Tecnologia da Informação da primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) que proporcionou aos cidadãos do município o acesso gratuito à internet.

O projeto foi iniciado em 2010 com os objetivos de alcançar maior desenvolvimento da região, melhorar a economia familiar, o desempenho escolar e oferecer novos meios de comunicação entre as famílias.

Através de sinal de rádio, a iniciativa disponibiliza para a população internet banda larga com velocidade entre 500 kbytes (KB) e cinco megabytes (MB) para toda a área urbana do município, incluindo os distritos, e a área rural.

A Lei Municipal 1637/2010 dispõe que, para que os cidadãos te-

nam acesso à internet gratuita é preciso que cumpram algumas normas, como não possuir débitos com o governo municipal e ser adepto da coleta seletiva de lixo.

Atualmente, cerca de 400 famílias da zona urbana e rural de Engenheiro Beltrão estão cadastradas no projeto e seguem as normas da lei para receber o sinal gratuito.

CRIAÇÃO

O projeto “EBONLINE” teve sua origem em 2009 como resultado de escolha efetuada em outro projeto do município de Engenheiro Beltrão conhecido como “IPTU participativo”.

Na ocasião, os moradores que realizavam o pagamento em dia do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) podiam



CADASTRADAS

400 famílias da zona urbana e rural

escolher, entre cinco opções, uma obra ou serviço a ser prestado pela prefeitura.

Com 87% dos votos da população, o fornecimento do sinal de internet gratuito foi eleito como investimento para o município e, em março de 2010, foi instituído o projeto “EBONLINE”.

CONDIÇÕES

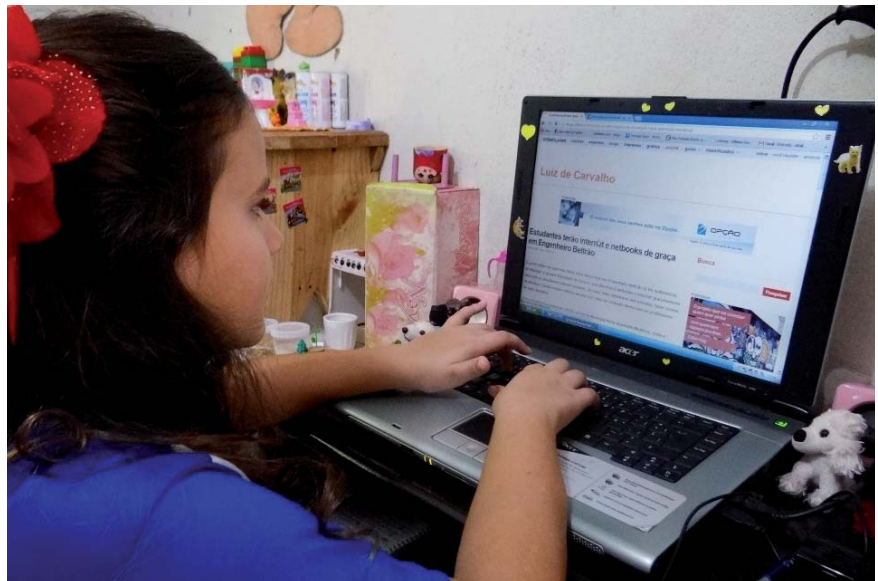
A Lei Municipal 1637/2010, que regulamenta o projeto, dispõe sobre o programa de inclusão digital de Engenheiro Beltrão objetivando a universalização da internet no município.

De acordo com a lei, para se cadastrar e adquirir o direito à internet grátis mediante a instalação do receptor de sinal em sua residência, os cidadãos devem preencher alguns requisitos básicos como ser maiores de 18 anos e residir no município.

Os aspectos tributários também são considerados na lei, os municípios devem exibir regularidade tributária frente ao município, não possuindo débitos (de maneira direta ou indireta) com a administração municipal e apresentando certidão de regularidade tributária do imóvel indicado para a instalação do receptor.

Caso o cidadão possua automóvel, o veículo deve estar licenciado no município; caso contrário, deverá ser entregue declaração de que a pessoa não tem veículo, sob as penas da lei.

Os municípios devem ainda comprovar matrícula e frequência dos filhos ou crianças sob a sua responsabilidade em estabelecimento regular de ensino, ou mostrar declaração de que não possui criança em idade escolar obrigatória residindo no imóvel. Deve ser apresentado o atestado



de vacina ou declaração de que não possui criança sob a sua responsabilidade em idade de vacinação.

A preocupação com o meio ambiente e com a saúde pública são fatores condicionantes. Então, é exigida declaração da prefeitura, expedida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de que no imóvel a ser instalado o receptor é feita a coleta seletiva do lixo. Além disso, deverá ser apresentada declaração da Vigilância Sanitária e Epidemiológica do município certificando que o imóvel está em condições sanitárias adequadas e atende às orientações para a erradicação de doenças infectocontagiosas como dengue e leishmaniose.

MODERNIZAÇÃO

Para viabilizar o projeto, a prefeitura instalou na cidade diversas torres que transmitem o sinal da internet via rádio para os receptores instalados nas residências cadastradas.

Assim, a iniciativa proporciona o acesso à internet banda larga gratuita para grande parte da população do município, realizando o sonho de

inclusão digital para muitas famílias carentes da região.

Em contrapartida, os beltrõeses precisam exercer a cidadania contribuindo no seu dia a dia para a manutenção da cidade como, por exemplo, fazer a separação propiciando a coleta seletiva do lixo.

Grande parte dos moradores da área rural recebe o benefício da internet gratuita, o que pode propiciar melhorias na produção rural da região, através de consultas a *sites* de previsão do tempo, valores dos produtos, aspectos do mercado entre outros.

O sinal de internet por toda a cidade contribuiu para a melhoria na segurança pública, com a instalação de câmeras de segurança para o monitoramento *online* da cidade, principalmente nas áreas com maior incidência de crimes.

A educação pôde ser melhorada com o projeto, visto que proporciona facilidades tanto aos alunos, para a realização de pesquisas escolares, como aos professores, que podem buscar mais informações e conhecimentos na rede para transmitir em sala de aula.



Inclusão digital no município de Assaí

O projeto “Inclusão Digital - Educação e Tecnologia ao Alcance de Todos” transformou a vida dos cerca de 16 mil habitantes do município de Assaí, no norte paranaense.

Por promover a inclusão digital gratuitamente aos cidadãos que estão excluídos das novas ferramentas tecnológicas, a iniciativa foi contemplada com o troféu Prêmio Gestor Público, na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

O projeto de Tecnologia da Informação (TI) tem como principal objetivo assegurar aos cidadãos a possibilidade do desenvolvimento humano, sua autonomia e sua realização através da sua inserção no mundo digital.

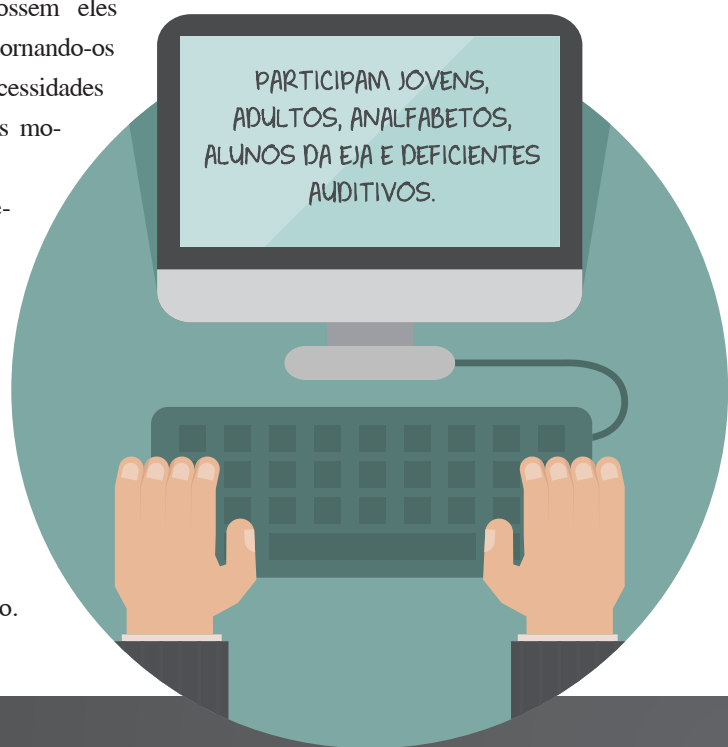
Em vista das constantes mudanças pelo mundo e da nítida evolução das tecnologias em favorecimento ao desenvolvimento social e humano,

os gestores de Assaí decidiram se adaptar ao novo cenário global com uma iniciativa que atingisse grande parte da população desfavorecida.

O projeto foi implantado em 2011 para oportunizar conhecimento aos cidadãos que se encontravam excluídos do mundo digital, fossem eles jovens, adultos ou idosos, tornando-os independentes em suas necessidades cotidianas e adaptando-os às modernidades.

O diferencial do projeto, que possui cunho social, é o fato de ele ser voltado também às pessoas que possuem deficiências auditivas e aos analfabetos, oferecendo-lhes a oportunidade de facilitar as ações do seu dia a dia por meio das tecnologias de comunicação.

Para promover tais facilidades, o projeto prevê inicialmente a identificação dos problemas e delimitações dos participantes para, então, propor soluções de acordo com as necessidades apresentadas.



Com o processo de inclusão digital, o projeto proporciona maior bem-estar em sociedade, possibilitando aos participantes a sociabilização com outras pessoas, onde quer que estejam e tornando-os participativos através dos sites de notícias e de informações da gestão pública.

Além da inclusão, o governo municipal possui como meta do projeto atender a demanda de pesquisa aberta para a população em geral e oferecer suporte para a oferta de cursos de interesse da comunidade.

INSERÇÃO

É comum, na fila de bancos, encontrar aposentados e analfabetos pedindo ajuda a terceiros, muitas vezes, inclusive, confiando suas senhas a pessoas estranhas, correndo o risco de serem enganados.

Também entre os deficientes auditivos é comum que eles se deparem com situações difíceis de realizar sem o acesso às novas tecnologias.

Em vista disso, o governo municipal entendeu como prioritária a inserção dessa parcela da população no mundo digital, trazendo-lhes mais autonomia e independência.

ESTRUTURA

Com o projeto são disponibilizadas aos cidadãos as novas tecnologias necessárias ao seu dia a dia, sem qualquer custo aos participantes.

Para isso, o município oferece computadores e equipamentos, internet móvel e professores para a orientação dos beneficiários, sendo um deles capacitado e conhecedor da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para ensinar o conteúdo aos surdos e orientá-los quanto ao uso do equipamento.



Para as aulas de informática o município conta com laboratórios de informática ligados à rede de internet oferecida pelo governo federal através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

ACESSO

O projeto oferece aulas e cursos de informática para atender pessoas acima de 25 anos, incluindo funcionários municipais, pessoas da terceira idade, analfabetos, alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e deficientes auditivos.

Quanto à inclusão digital dos deficientes auditivos, é possível fazê-la com a mais alta tecnologia em comunicação por vídeo, o “Vpad”, que oferece para a comunidade surda maior autonomia na comunicação.

Tal tecnologia trata-se de um serviço de intermediação por vídeo, com intérprete de Libras, através do qual o surdo com o conhecimento digital pode realizar atividades cotidianas com muita facilidade, como pedir um táxi ou uma pizza, por exemplo.

Para o uso do serviço é necessária a compra do aparelho e a realização de uma assinatura, cujos

custos ficam por conta do governo municipal.

É preciso que os participantes portadores de deficiência auditiva possuam conhecimento em Libras, pois a comunicação se dá através do vídeo para pessoas conhecedoras da linguagem ou por meio de intérprete quando necessário.

BENEFÍCIOS

Desde sua implantação, o projeto “Inclusão Digital - Educação e Tecnologia ao Alcance de Todos” já atendeu mais de 340 pessoas, sendo 184 alunos da terceira idade e funcionários da prefeitura, 152 alunos da EJA e seis alunos com deficiência auditiva.

Os laboratórios de informática do município também ficam à disposição da comunidade e dos servidores municipais para cursos de formação continuada e para pesquisas coletivas ou individuais.

A iniciativa oportunizou aos beneficiados o uso dos avanços tecnológicos que a ciência oferece para o conforto e bem-estar de todos, tornando-os cidadãos construtores de conhecimentos, exercendo plenamente sua cidadania.



Professores e servidores de Cambé aprendem com a formação continuada

No município de Cambé, até 2008, a formação continuada da rede municipal de ensino não era estendida a todos os profissionais da educação e era realizada fora do horário de trabalho dos servidores, reduzindo-a ao início e meio do ano letivo.

A partir de 2009, com a implantação do projeto “Programa de Formação Continuada ... Investindo em Educação” os profissionais da educação como auxiliares de serviços gerais, auxiliares administrativos e professores passaram a participar das atividades em horário de trabalho, com carga horária mínima de 16 horas.

A iniciativa, premiada com o troféu Prêmio Gestor Público no I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), trouxe a possibilidade de organizar a formação continuada, em horário de

trabalho, aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme as necessidades de cada uma das diferentes modalidades de ensino.

Profissionais da educação infantil, do ensino fundamental, Educa-

ção de Jovens e Adultos (EJA) e da educação inclusiva participam do projeto cuja meta é proporcionar a continuidade dos estudos e a melhoria na qualificação.

O programa atinge todos os ser-

DESDE 2009 FORAM FORMADOS:



vidores envolvidos no atendimento aos alunos, refletindo não apenas na qualidade de ensino, mas também no relacionamento entre os membros da escola.

Para ampliar a capacitação dos profissionais e potencializar sua atuação de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, até 2016 o governo de Cambé pretende estender o projeto a todos os servidores da rede municipal de ensino.

ESTUDOS

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, elabora e organiza a formação continuada com número reduzido de participantes para que haja melhor compreensão e interação entre os membros.

O Programa de Formação Continuada é realizado entre os servidores da rede municipal através de semana pedagógica, além de diversos cursos específicos feitos durante todo o ano letivo.

Com uma proposta de Educação não fragmentada, os estudos são desenvolvidos visando contemplar não apenas as grandes pesquisas e fatos históricos, mas as particularidades nas mais diversas áreas de conhecimento.

Durante o projeto são abordados conteúdos e sugestões de intervenções e encaminhamentos educativos coerentes a um único referencial teórico, contribuindo assim com as ações dos docentes e dos funcionários em suas instituições escolares.

Além disso, a prefeitura disponibilizou cursos fora do horário de trabalho para os servidores com disponibilidade e interesse em desenvolver os estudos em outros períodos.



INVESTIMENTOS

Para o Programa, a prefeitura de Cambé realizou um pregão presencial para a contratação de uma pessoa jurídica especializada para a coordenação do projeto.

Com orçamentos já previstos até 2016, o governo municipal destina os recursos para a empresa responsável pela logística do Plano de Formação Continuada, cabendo a ela sua administração e a prestação de contas dos respectivos gastos.

Para a realização do programa, a empresa contratada presta os serviços de planejamento, desenvolvimento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos destinados à capacitação de profissionais da educação, inclusive com fornecimento de infraestrutura e apoio logístico.

Os serviços são executados em datas determinadas previamente, conforme o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Os ministrantes dos cursos oferecidos no projeto recebem seus proventos de acordo com a titula-

ção, com a necessidade de hospedagem e de deslocamento.

MAIS EDUCAÇÃO

A melhoria na qualidade de ensino e dos serviços prestados nas escolas decorrente do Programa de Formação Continuada beneficiou 6.855 alunos da rede municipal de ensino.

O projeto proporcionou a capacitação de 575 docentes da rede municipal, embasados em uma única matriz teórica, imprimindo uniformidade nos conteúdos transmitidos em todas as escolas municipais.

Foram capacitados 19 agentes escolares para dar suporte nas atividades de desenvolvimento na educação infantil e 235 servidores escolares que exercem função de serviços gerais, como merendeiras, secretários e guardas, para melhor atendimento da comunidade.

Com as titulações e avaliações de desempenho do projeto, além do conhecimento adquirido, os profissionais participantes conquistam ainda mais oportunidades de avanço em seus planos de carreira.



Chopinzinho disponibiliza educação em tempo integral nas escolas do município

O município de Chopinzinho, situado no Sudoeste paranaense, elevou a qualidade de ensino nas escolas da região através do projeto “Educação em Tempo Integral”.

Premiado na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) com o troféu Prêmio Gestor Público, a iniciativa tem foco na educação voltada ao desenvolvimento integral do aluno para ampliação dos conhecimentos, habilidades e valores, favorecendo a formação cidadã dos alunos.

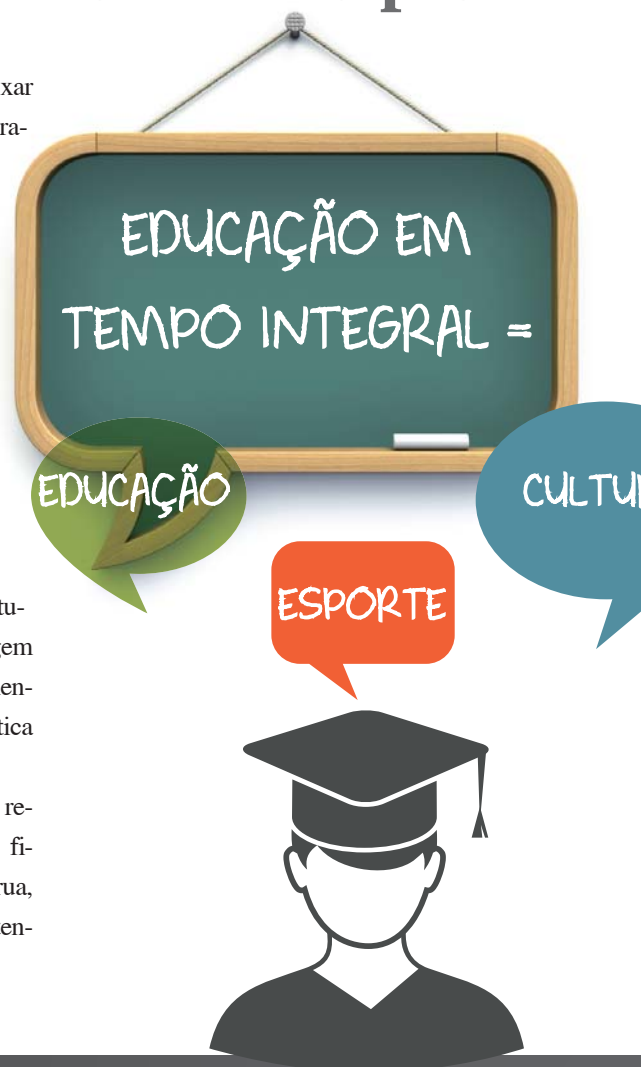
O projeto surgiu da demanda da população de Chopinzinho por ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino no município.

Em pesquisa feita pelo governo municipal, os munícipes solicitaram a educação em tempo integral para que o tempo ocioso de algumas crianças fosse ocupado com atividades educativas e, também, para que as famílias

tivessem um local seguro para deixar os filhos durante o período de trabalho.

Além disso, em 2005, a nota apresentada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município, foi motivo para analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas, replanejar ações de modo a propiciar mais tempo para os alunos na escola e elevar a qualidade educacional. Nesse sentido, os gestores municipais implantaram o projeto em 2005, oportunizando aos alunos uma aprendizagem significativa através do desenvolvimento de habilidades artísticas e a prática de esportes.

A iniciativa contribuiu para a redução do número de crianças que ficavam sozinhas, em casa ou na rua, enquanto seus pais buscam seu sustento fora de casa.



ABRANGÊNCIA

Inicialmente o projeto atendia aproximadamente 100 alunos, mas, foi expandido para todas as escolas da rede, ofertando educação em tempo integral para os alunos que tinham interesse ou necessidade de permanecer o dia todo na escola.

Atualmente, 11 escolas oferecem educação em tempo integral, quer em turno único, quer em turno e contra-turno em algumas instituições.

Na zona rural há núcleos de ensino onde as escolas são partilhadas entre a rede municipal e estadual. Neste ano, a rede estadual iniciou também o processo de integralização nas escolas rurais, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo município.

ATIVIDADES

O projeto “Educação em Tempo Integral” visa trabalhar com um currículo que contempla conteúdos fundamentais à formação integral do educando e, para que a organização do trabalho seja realmente de qualidade, as atividades são planejadas em vários momentos, em conjunto pelos professores.

No projeto, as disciplinas da Base Nacional Comum como arte, ciências, educação física, ensino religioso, geografia, história, língua portuguesa e matemática são desenvolvidas em um turno.

Já a parte diversificada e os componentes curriculares, também chamados de oficinas pedagógicas, são realizados no turno contrário.

Os conteúdos dessas atividades são trabalhados de forma complementar e interdisciplinar aos desenvolvidos na Base Nacional Comum, visando promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, de acordo com a necessidade da co-



munidade onde a escola está inserida.

São oferecidas aos alunos oficinas pedagógicas de arte, artesanato, música, flauta, violão, coral, teatro, dança, sapateado, dança gaúcha, complementação de língua portuguesa e matemática, língua estrangeira moderna - inglês e espanhol, meio ambiente, cooperativismo, literatura infantil, saúde e qualidade de vida, educação no trânsito, ginástica circoense e psicomotricidade.

As atividades esportivas e recreativas também são realizadas no turno contrário em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes.

As práticas educativas desenvolvidas na escola envolvem e analisam comportamentos, famílias, possibilidades, espaços, planejamentos pedagógicos, fenômenos sociais, físicos, políticos e culturais.

DESENVOLVIMENTO

Com a implantação da “Educação em Tempo Integral” nas escolas do município, criou-se uma parceria entre o governo e as instituições de ensino locais que resulta no compromisso com o desenvolvimento integral da criança.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município avançou de 4,6, em 2005, para 5,7, em 2009, evidenciando a melhoria na qualidade de ensino e na aprendizagem.

O projeto também impactou na criação de emprego por todo o município. Houve maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho com a contratação de vários profissionais para trabalhar nas escolas, desde diretores, pedagogos, professores, psicólogas, fonoaudiólogas, nutricionistas e auxiliares administrativos, até serviços gerais e merendeiras.

A compra de materiais esportivos, didáticos, pedagógicos, de manutenção e limpeza, por exemplo, é feita através de processo licitatório pela administração municipal, o que movimentou também o comércio da região.

Tudo isso representou geração de empregos, investimento de recursos públicos, parcerias entre governos e sociedade e, principalmente, melhoria da qualidade de vida de toda a população, inclusive porque os espaços são disponibilizados para toda a comunidade para a prática de atividades físicas, esportivas e culturais.



Comunidade escolar é valorizada na capital paranaense

“Programa Comunidade Escola: escola centro irradiador da vida da comunidade” é o projeto da prefeitura municipal de Curitiba que disseminou a cultura da paz na comunidade escolar da região.

O projeto recebeu o troféu Prêmio Gestor Público durante o I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) por contribuir com a redução dos índices de violência na escola, na família e na comunidade.

Instituído em 2005, o projeto tem como objetivo valorizar a escola como espaço aberto de conhecimento e convivência, promovendo parcerias e ações integradas para o desenvolvimento local.

Tais parcerias são realizadas através da convivência comunitária e da cidadania a fim de promover a interação entre o jovem, a escola e a comunidade para que

eles se sintam parte importante daquele ambiente, melhorando, assim, a identidade cultural da comunidade intra e extraescolar.

As atividades desenvolvidas no projeto ofertam a toda a comunidade da região atividades socioeducativas nos eixos de educação e cidadania.

PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA:



nia, esporte e lazer, saúde, cultura e geração de renda, com foco nas demandas locais.

Tais ações visam fortalecer a capacidade de organização dos membros da comunidade local, bem como a participação e corresponsabilidade da comunidade na escola.

O projeto está inserido na dimensão estratégica do Desenvolvimento Humano - Programa Curitiba Mais Educação, cujo modelo é de gestão compartilhada, que proporciona ações integradas das políticas públicas do município.

Participam do projeto 95 escolas distribuídas em oito regionais do município de Curitiba e da região metropolitana. As atividades são gratuitas e sem discriminação de renda, moradia, gênero ou raça e são direcionadas para todos os residentes do município, sendo realizadas sempre aos sábados e/ou domingos nos períodos da manhã e da tarde.

AÇÕES

O projeto desenvolve diversas atividades socioeducativas em alguns eixos de atuação, como educação e cidadania, através da inclusão digital, língua estrangeira, inclusão social e desenvolvimento comunitário.

Também estão compreendidos os eixos de esporte e lazer: iniciação esportiva, jogos e brincadeiras -, de saúde: promoção da saúde, prevenção de doenças, educação alimentar e ambiental -, de cultura: literatura, música, dança, cinema, teatro e artes visuais - e por fim, o eixo de geração de renda: educação empreendedora, oficinas e cursos.

São realizados ainda campeonatos esportivos de xadrez, lutas, futebol de rua, futsal, tênis de mesa, corridas e caminhadas temáticas.



Para a realização dessas ações, as escolas participantes no projeto contam com estrutura adequada, com quadra poliesportiva coberta, biblioteca, farol do saber, pátio coberto, salas de aula com aparelho de televisão, laboratório de informática, rádio escolas em algumas, espaço para horta e internet, entre outros recursos.

Além disso, a estrutura de gestão, o espaço seguro das escolas, o trabalho dos voluntários e dos parceiros favorecem o desenvolvimento das ações do projeto.

Como forma de monitorar e avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, a prefeitura implantou parâmetros de qualidade e as escolas encaminham relatórios para o acompanhamento contínuo.

TRANSFORMAÇÃO

Milhares de pessoas participaram das atividades das 95 escolas que desenvolvem o projeto entre os anos de 2005 e 2012, o que contribuiu para a transformação da realidade de diversas famílias da região.

Nos primeiros oito anos de implantação, participaram do projeto

peças de toda a comunidade, sendo 50% de crianças até 12 anos incompletos, 34% de jovens de 12 a 18 anos, 15% de adultos de 19 a 59 anos e 1% de idosos, igual ou superior a 60 anos.

A propagação da cultura da paz através do programa Comunidade Escola contribuiu na redução da violência e outras vulnerabilidades sociais de crianças, de jovens, de famílias e de toda a comunidade escolar.

Com o espaço escolar valorizado, os pais se tornaram mais presentes e passaram a acompanhar e auxiliar a escolaridade de seus filhos, o respeito pelos professores aumentou, a permanência do aluno na escola foi estimulada e, conseqüentemente, cresceu o nível de aprendizagem dos alunos.

O projeto também proporcionou à comunidade maior espaço no mercado de trabalho e maior renda familiar pelo aumento do nível de escolaridade.

A maior interação entre o jovem, a escola e a comunidade proporcionou a formação de redes de colaboração e de cooperação em ações coletivas.



“Patronato” promove a ressocialização nas penitenciárias de Foz do Iguaçu

O projeto “Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu” foi premiado com o troféu Prêmio Gestor Público durante a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) por propor a articulação e a realização de ações eficazes para a humanização da política criminal.

O projeto, implantado em 2013 na cidade de Foz do Iguaçu, visa promover o crescimento pessoal e profissional dos assistidos, bem como sua autodeterminação, responsabilidade e solidariedade.

Para isso, no projeto são prestados serviços de assistência indispensáveis no trabalho de reeducação e reinserção dos assistidos, oferecendo-lhes oportunidades de acordo com as suas necessidades.

O município iguaçuense possui cerca de dois mil presos, sendo 826

reclusos na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, 496 na segunda unidade Penitenciária e 680 na Cadeia Pública Laudemir Neves.

A falta de uma política criminal eficiente levou os gestores de Foz do Iguaçu a inovarem nesta área

estigmatizada por toda a sociedade, trazendo à esfera municipal a responsabilidade da assistência aos participantes do projeto Patronato.

Atualmente, o Patronato atende cerca de 1.150 egressos, 490 prestadores de serviço à comunidade e 200



2.000 presos em Foz do Iguaçu



ATENDIDOS PELO PROJETO:

1.150 egressos

490 prestadores de serviço à comunidade

200 presos em regime semiaberto.

presos em regime semiaberto.

As ações de reinserção dos reclusos são realizadas por uma rede multidisciplinar nas áreas jurídica, pedagógica, psicológica e de serviço social, com o conhecimento e avaliação dos nós críticos existentes no final do cumprimento da pena e com a intenção da real inclusão desses cidadãos na sociedade.

Para a reinclusão são oferecidas alternativas que permitem aos assistidos recompor os vínculos sociais rompidos e serem introduzidos no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, sensibilizar a sociedade para o processo de reintegração social.

ESCOLARIDADE

Grande parte dos reclusos do município possui índices baixos de escolarização, o que interfere em seu desempenho com o mercado de trabalho, reduzindo suas oportunidades, fato que conseqüentemente se reflete nos altos índices de reincidência criminal.

De acordo com dados levantados nas Unidades Penais do município, a maioria dos 930 presos na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu possui apenas o ensino fundamental, cerca de 30% possui a formação até o ensino médio, 1% possui o ensino superior completo e 27% dos presos são analfabetos. Visando alterar essa realidade, o projeto Patronato encaminha assistidos para a complementação dos estudos, em cursos profissionalizantes e acompanhamento escolar, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que eleva suas possibilidades de ingressar no mercado.

ENCAMINHAMENTO

Para o encaminhado chegar ao Patronato, ele passa por uma série



de triagens nas áreas apontadas pelo juiz da Execução Penal, para que se possa traçar o perfil do beneficiário e identificar o local de prestação das determinações judiciais que mais se compatibilizam com suas habilidades pessoais.

Em geral as ações são realizadas através da prestação de serviços à comunidade com regras e prazos rigorosamente fixados, buscando-se um processo educativo com absoluta igualdade de tratamento.

O trabalho da equipe multidisciplinar de direito, serviço social, pedagogia e psicologia é fundamental para o cumprimento das condições impostas pela Justiça e possibilita a vivência da cidadania e da inserção social por meio do caráter educativo e disciplinador das medidas fixadas judicialmente.

ATENDIMENTO

Os atendimentos são feitos de forma individualizada por acadêmicos, sob a coordenação de professor da instituição de ensino superior que orienta, acompanha, supervisiona e avalia as atividades dos assistidos

sob sua responsabilidade.

É feita análise das situações verificando-se a possibilidade de atuação jurídica, especialmente quanto ao atendimento dos reclusos em cumprimento da pena em regime aberto ou decorrente da concessão de benefícios como livramento condicional, ou sentenciados a penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade ou doação de cestas básicas.

Ainda sob o ponto de vista jurídico é feito o acompanhamento processual, a formulação de petições e requerimentos com propositura de ações judiciais buscando o indulto, a comutação da pena, a progressão de regime, a remição de pena, a mudança de local de prestação, a modificação da prestação de serviços para doação de cestas básicas.

Já as equipes de psicologia, pedagogia e assistência social atuam no atendimento e no encaminhamento dos assistidos com a elaboração de cadastro, convênio e qualificação das instituições interessadas na inserção de beneficiários da pena de prestação de serviços à comunidade e na sua inclusão nas instituições conveniadas para a execução da pena.



“Incentivo ao Produtor Rural” transforma a administração tributária de Guairacá

O projeto de administração tributária chamado “Incentivo ao Produtor Rural” foi desenvolvido pelos gestores municipais de Guairacá como forma de valorizar os agricultores da região e melhorar a arrecadação local.

A iniciativa foi contemplada com o troféu Prêmio Gestor Público durante a cerimônia de premiação da

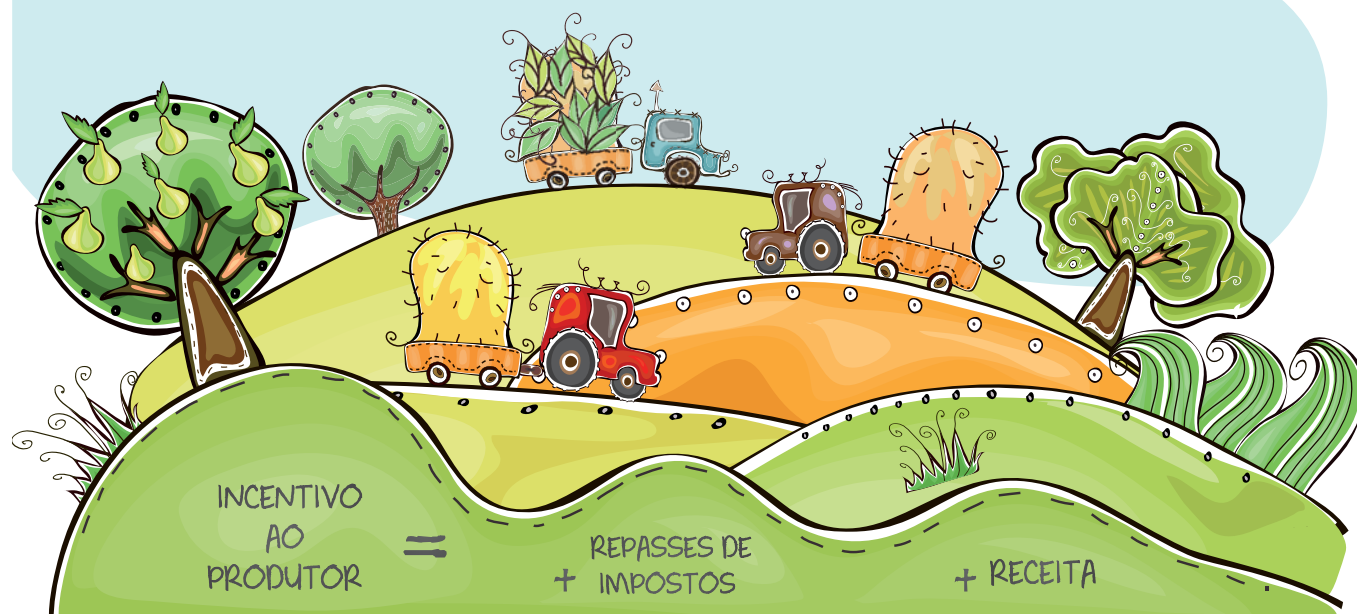
primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) em 2013.

O projeto, implantado em 2012, visa melhorar o atendimento prestado pelo município aos produtores rurais da região, fazendo com que eles se sintam valorizados como parte importante da economia local.

Através dessa valorização espera-

-se com o projeto aumentar o retorno das notas fiscais de produtores rurais, gerando, consequentemente, o aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além da ampliação do FPM, a iniciativa também acabou resultando no aumento dos repasses do Imposto sobre Operações relativas à Circula-



ção de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para o município.

Para a realização do projeto, a prefeitura municipal teve que desenvolver um denso trabalho de prestação de contas de todas as notas fiscais de produtores rurais autorizadas durante o ano de 2012 no Sistema Produtor Rural.

Com o projeto, o governo municipal compreendeu que, por meio dos incentivos e da valorização, além de trazer benefício para a administração tributária, a iniciativa mostra o respeito que os gestores têm pelos produtores rurais.

AGRONEGÓCIO

O agronegócio desempenha importante papel, não apenas no município de Guairaçá, mas para a economia paranaense como um todo.

A economia do Paraná é baseada principalmente na agricultura e na indústria do estado, sendo o segundo maior produtor de grãos do país e é responsável por cerca de 23% de toda a geração de grãos no Brasil.

O estado é o maior produtor brasileiro de milho, com 26,2% da produção, e o segundo na produção de soja, com quase 20%. Também possui uma grande produção de cana-de-açúcar, milho, soja, entre outros.

O processo de agroindustrialização contribui, em grande parte, na conquista de tais resultados, visto que proporciona aumentos consideráveis de produção.

Diante da grande força de produção agrícola, o estado torna-se um agente importante para a economia nacional, principalmente através das exportações brasileiras em produtos do setor primário, visto que grande



parte daquilo que é produzido pela economia paranaense é comercializado para diversos países.

Em vista disso, a melhoria no atendimento ao produtor rural realizada pelo projeto, mesmo àqueles oriundos da agricultura familiar, torna-se fundamental para fazer com que os agricultores sintam-se relevantes para o comércio e a economia da região.

O incentivo também serve para que os produtores ampliem sua produção e contribuam mais intensamente com o governo municipal, no sentido de deixar em dia suas pendências fiscais.

POLÍTICA AGRÍCOLA

O município de Guairaçá também possui uma política agrícola prevista na Lei Orgânica Municipal.

De acordo com a política, o município estimula o desenvolvimento do meio rural, promovendo-o conforme as aptidões econômicas, sociais e os recursos naturais, mobilizando verbas do setor público e privado.

O governo realiza no município a promoção do incentivo ao mini e pequeno produtor rural, oferecendo

a eles prioridade nas condições de assistência técnica e econômica, com o objetivo de manter a pequena propriedade viável na região e evitar o êxodo rural.

Além disso, a partir da promulgação da Lei Orgânica, o governo municipal investiu todos os recursos arrecadados do Imposto Sobre Vendas a Varejo de Combustíveis (IVVC) em incentivos à agricultura.

Em relação à produção agropecuária, o governo disponibiliza assistência técnica aos produtores agrícolas, e facilita o seu contato com o mercado através de ações como a regulamentação das atividades e o acesso a ambientes como as feiras livres na sede do município.

Também o auxilia orientando o proprietário de terras para melhor conservação de solo e sobre a implantação de curvas de níveis na lavoura temporária e na permanente, por exemplo.

Por meio de ações governamentais direcionadas aos produtores rurais, a prefeitura contribui para a finalidade do projeto de incrementar a receita corrente do município, estimulando o retorno das notas fiscais autorizadas e adequadamente emitidas.



Parque Municipal das Araucárias se torna local para ensino de educação ambiental

O projeto “Parque Escola: Educação Ambiental no Parque Municipal das Araucárias” permitiu ao município de Guarapuava inovar o modo de transmitir ensinamentos sobre o meio ambiente.

Por promover ações educativas ambientais na unidade de conservação do Parque Municipal das Araucárias com a comunidade estudantil, o projeto recebeu o troféu Prêmio Gestor Público na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

O município, visando os benefícios da educação ambiental, disponibilizou para a comunidade estudantil o convívio direto com as questões ecológicas, proporcionando momentos de contato entre os estudantes e a natureza para

que eles se sintam parte integrante do meio.

O projeto tem como finalidade fazer com que os alunos da rede municipal, estadual e particular de todos os níveis de ensino percebam (em uma unidade de conservação) a importância da educação ambiental e a influência no seu cotidiano.

Para isso, são realizadas visitas orientadas com os alunos que, acompanhados por educadores ambientais

capacitados, recebem informações sobre a importância da preservação ambiental.

Desse modo, o projeto contribui para uma melhor qualidade de vida da população de Guarapuava, com maior envolvimento da comunidade na gestão do seu meio ambiente, um exercício de plena cidadania.



O PARQUE

O Parque Municipal das Araucárias é uma reserva ecológica que conta com aproximadamente 3.800 Araucárias preservadas e fauna rica e variada, e foi declarado, em 1991, como área de proteção ambiental de relevante interesse ecológico.

O parque enquadra-se na categoria de Unidade de Conservação (UC) Permanente, de acordo com a Lei 198/91 que prevê seu uso científico, recreativo, cultural e educacional. Sua criação é voltada à preservação e à conservação ambiental de áreas de importância biológica e de recursos naturais, proporcionando à comunidade atuar como coparticipante na manutenção da flora e da fauna.

Em 1997, foi inaugurado o Centro de Educação Ambiental “João Luiz Toledo”, destinado à realização de oficinas e palestras de educação ambiental com a comunidade estudantil.

Preocupados com a temática ambiental, os gestores do município buscaram desenvolver ações para a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população. Por isso, o Parque das Araucárias foi considerado um importante local de ensino e pesquisa para unir teoria e prática, tendo sido escolhido como o local ideal para o desenvolvimento do projeto Parque Escola.

EDUCAÇÃO

Através da educação ambiental as crianças compreendem a importância de cada elemento da natureza para o bom funcionamento do planeta, bem como os problemas relacionados à interação do ser humano com o meio ambiente e a necessidade de preservação. Por meio de ofi-



cinas e palestras, o projeto proporciona aos alunos maior aprendizado e o contato com a natureza.

A administração pública municipal, através da Secretaria de Meio Ambiente de Guarapuava (SEMAG), tem na educação ambiental um dos seus alicerces às demais atividades realizadas no município visando a mudança gradativa para um comportamento consciente, com respeito e atitudes voltadas para a melhor integração entre cidadãos e o meio ambiente.

Por seu caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo, a educação ambiental pode contribuir muito para o processo educativo, promovendo permanente avaliação crítica, adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação dessa realidade.

METODOLOGIA

As oficinas e palestras trabalham uma temática a cada dia da semana, a qual atende as peculiaridades do Parque Municipal das Araucárias. Durante a semana, são abordados temas como a importância das unida-

des de conservação, biodiversidade da flora e fauna local, conservação da mata ciliar e cidadania e justiça ambiental.

O professor agenda a visita conforme o tema do dia que mais se adequa à teoria que está sendo trabalhada em sala de aula. Durante a visita, os educadores ambientais desenvolvem várias atividades com os alunos de acordo com a faixa etária de cada turma, visando a associação entre o campo teórico e prático.

Inicialmente é realizada a apresentação do parque e uma palestra acerca do tema escolhido pela instituição de ensino.

Partindo para o campo prático, os alunos seguem para a trilha interpretativa, juntamente com um educador ambiental, para observar o meio que os cerca, com vários pontos de paradas para abordagens e identificação das espécies da flora ameaçadas de extinção.

Após a trilha, os alunos participam de uma dinâmica ou um jogo educativo, em conformidade com o tema trabalhado, para estimular a reflexão sobre o que vivenciaram e a importância da preservação do meio em que vivemos.



ATIs melhoram a vida dos idosos de Maringá

O município de Maringá trouxe inúmeros benefícios aos idosos da região através do projeto “Academia da Terceira Idade (ATI)”.

O projeto, que teve início em 2006, foi premiado com o troféu Prêmio Gestor Público durante a cerimônia do I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) por disponibilizar espaços públicos direcionados à promoção da qualidade de

vida e da saúde da população maringense.

Visando proporcionar qualidade de vida para idosos que, em geral, podem não possuir condições para ter acesso às academias convencionais, a prefeitura municipal implantou o projeto. Através dele, os gestores puderam atuar de forma preventiva, contribuindo para a diminuição da demanda por servi-

ços nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) decorrentes das doenças geradas, muitas vezes, pela falta de atividade física na terceira idade.

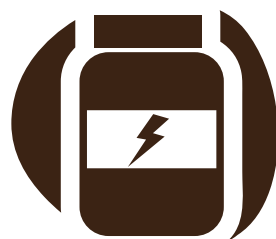
As academias funcionam ao ar livre com 10 equipamentos de metal, espaços para caminhada, alongamento e possibilitam a realização de diversas atividades físicas e ações de integração e lazer.

O diferencial do projeto é o



EXERCÍCIO FÍSICO

=



- ESTRESSE



+ DISPOSIÇÃO



+ QUALIDADE DE VIDA

acompanhamento realizado por profissionais especializados contratados pela prefeitura nos espaços das academias, com orientações aos frequentadores sobre as maneiras corretas de realizar as atividades, o que previne o risco de lesões.

Desse modo, além de proporcionar a prática de atividades físicas regular e a interação social entre os frequentadores das ATIs, o projeto também promove melhorias na qualidade de vida e na saúde desse público.

SEDENTARISMO

Seguindo a tendência global, em Maringá o fenômeno de envelhecimento da população também é uma realidade.

Durante pesquisa realizada pela prefeitura municipal, foi constatada tendência ao sedentarismo e certa reclusão dos idosos pela falta de alternativas de locais a eles direcionados para atividades físicas, lazer e integração.

O sedentarismo e a falta de exercícios agrava doenças físicas como doenças respiratórias, diabetes, aumento de colesterol, infarto e distúrbios cardíacos, e psíquicas, como depressão, o que necessariamente resulta no aumento da demanda dos serviços públicos de saúde.

Com esse diagnóstico, a Secretaria de Esportes e Lazer da prefeitura de Maringá, com a colaboração da Secretaria de Saúde, decidiu atuar de forma preventiva por meio da utilização das ATIs nas próprias Unidades Básicas de Saúde.

ATIVIDADES

No projeto “Academia da Terceira Idade” os espaços públicos existentes na cidade são revitaliza-



dos e preparados para a implantação de uma academia de ginástica ao ar livre.

Inicialmente o projeto era direcionado apenas ao público da terceira idade. Entretanto, devido ao sucesso da iniciativa, posteriormente foi estendido para outras faixas etárias e com diversificação das ações desenvolvidas nos espaços das ATIs, como a atividade “corra na ATI”.

ACOMPANHAMENTO

Todas as atividades desenvolvidas nas academias do projeto prevêm o acompanhamento de profissionais especializados contratados pela prefeitura como, por exemplo, estagiários do curso de educação física.

A ação é realizada com o objetivo de atender prioritariamente a população da terceira idade que frequenta as academias, em caráter preventivo de saúde. As demais faixas etárias também podem receber as orientações em horários alternativos.

O acompanhamento profissional feito nas ATIs é fundamental para reduzir o risco de lesões provocadas por posturas incorretas nas atividades

ou excesso de exercícios, por exemplo, com orientações aos frequentadores de acordo com o condicionamento físico de cada um.

QUALIDADE DE VIDA

Atualmente o projeto “Academia da Terceira Idade” possui 52 academias espalhadas por todo o município, atendendo cerca de 5 mil pessoas por dia e 140 mil atendimentos no mês, atingindo boa parte da população.

Com a prática de atividade física não apenas os idosos mas significativa parte da população conquistou melhorias na qualidade de vida, o que pôde ser evidenciado pela menor incidência de doenças e redução na demanda por unidades básicas de saúde

A prática regular de exercícios físicos promove a melhoria da saúde física e mental e reduz o risco de doenças como hipertensão, diabetes, obesidade e problemas cardíacos. Também proporciona outros benefícios como maior resistência ao estresse, aumento da disposição e melhoria na autoestima e no relacionamento interpessoal.



Projeto de Nova Fátima leva educação e tecnologia à população

O “Projeto Multimídia” levou o acesso digital ao município de Nova Fátima, que conta com aproximadamente oito mil habitantes.

A iniciativa foi contemplada com o troféu Prêmio Gestor Público durante a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), por transformar a realidade dos cidadãos da região através da tecnologia.

Durante o levantamento realizado pela prefeitura municipal nas escolas da rede pública, constatou-se que, até o mês de agosto de 2010, antes da implantação do pro-

jeto, mais da metade da população fatimense não tinha acesso ao uso de tecnologias, como computador e internet, por exemplo.

Em vista da importância e das facilidades trazidas à vida das pessoas pela tecnologia, os gestores de Nova Fátima decidiram fazer a inclusão digital da população do município.

Desse modo, o “Projeto Multimídia” surgiu de uma demanda cada vez mais presente na sociedade, de modernização e inclusão, pelo acesso às tecnologias da informação e de comunicação.

A iniciativa tem o intuito de permitir acesso digital gratuito a alunos das escolas públicas da região, familiares e a todos da comunidade que tenham interesse em participar da iniciativa.

Entretanto, em vista do viés social do projeto, as pessoas beneficiadas com o acesso às tecnologias são aquelas que possuem baixa renda e não têm condições financeiras para custear um curso básico de informática e nem tampouco comprar um computador.



PROJETO
MULTIMÍDIA:

=



COMPUTADOR

+



INTERNET

+



INCLUSÃO DIGITAL DE
ALUNOS E COMUNIDADE

Nesse sentido, o projeto visa garantir a inclusão digital de jovens, adultos e idosos que, por questões sociais, antes não possuíam meios de acesso ao mundo digital, proporcionando a esse público aprendizado para capacitá-los ao uso das tecnologias como forma de exercício da cidadania.

Além disso, o Multimídia possui uma relação custo-benefício muito positiva, pois o governo municipal implantou este projeto como uma forma simples e de baixo custo ao poder público de trazer mais conhecimento e informação para a população, por meio da internet.

INCLUSÃO DIGITAL

O processo de inclusão digital desenvolve-se em várias etapas que vão desde conhecer o equipamento e as ferramentas tecnológicas até compreender como é o funcionamento pleno de cada uma delas e saber aplicá-las em benefícios para sua vida pessoal.

Incluir uma pessoa digitalmente não significa apenas “alfabetizá-la” em informática, ensinando-lhe todo o funcionamento do equipamento e da ferramenta, mas, principalmente, mostrar-lhe como se pode utilizar os novos conhecimentos em seu dia a dia.

Assim, a inclusão digital promove melhorias nas condições de vida e no quadro social da população, à medida que simplifica e facilita as ações de seu cotidiano e a conecta a uma rede de informações e de comunicação com o mundo todo.

CRIANÇAS

O processo de inclusão digital com as crianças deve ser parte es-



sencial de sua escolarização, em vista da necessidade crescente do uso das tecnologias e da facilidade que as crianças têm de aprender e associar novos conhecimentos em seu cotidiano.

O “Projeto Multimídia” foi lançado em 2010 para cerca de 60 alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal.

Para participar da iniciativa os alunos precisam ter no mínimo 12 anos, mas não há limite máximo de idade aos beneficiados.

A metodologia utilizada é de fácil compreensão, com conteúdo e linguagem adequados à idade de cada turma.

Durante as aulas, os professores transmitem conhecimentos e noções sobre informática básica, que vai desde aprender a ligar o computador, por exemplo, até sobre o uso da internet.

As aulas, realizadas nas dependências das escolas, são disponibilizadas nos turnos matutino, vespertino e noturno, visando atingir o máximo de pessoas possível e de oferecer as mesmas oportunidades a todos.

Além dos alunos, as aulas po-

dem ser acompanhadas pelos servidores da própria escola, servindo também como modo de ampliar os conhecimentos de seu quadro de funcionários.

MERCADO

Com o projeto Multimídia, os jovens fatimenses tiveram ampliadas suas chances de conseguir uma vaga no mercado de trabalho, já que o curso preparatório capacitou os alunos a trabalhar com informática e a usar a internet.

Com o crescimento da concorrência por vagas no mercado de trabalho, as exigências das empresas em relação aos candidatos também vêm aumentando.

Para conquistar um bom emprego, jovens e adultos precisam aumentar os níveis de escolaridade e de capacitação profissional, e saber lidar com as tecnologias é um diferencial no mercado.

Nesse sentido os cursos preparatórios são importantes não apenas para oportunizar novos aprendizados, mas igualmente para ampliar as possibilidades de crescimento profissional.



“CRIAR” resgata crianças e adolescentes em risco

Crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social foram beneficiadas com o projeto do “Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIAR)”, do município de Rolândia.

Premiado com o troféu Prêmio Gestor Público, na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), o projeto foi realizado pela prefeitura municipal por intermédio da sua Rede de Serviços do Município, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS).

A iniciativa visa atender e assistir crianças e adolescentes de todo o município de Rolândia, na faixa etária de sete a 16 anos, objetivando a formação educacional e moral desses jovens, tendo em vista o resgate de sua cidadania,

e torná-los atuantes na construção de uma sociedade justa e solidária.

Para isso são realizadas atividades de orientação pedagógica e atendimento psicossocial a todas as crianças e adolescentes que participam do projeto, como elemento de formação cidadã do educando.

O Centro atende crianças e adolescentes na condição de proteção social de toda região do município, com capacidade de atendimento para

150 crianças e adolescentes em contraturno escolar.

O projeto se classifica dentro da modalidade de atendimento de proteção social básica com vista à prevenção, buscando atingir por extensão as famílias dos jovens envolvidos no processo, garantindo a continuidade do trabalho.

RISCO

O número de crianças e ado-

IDADE: 7 a 16 anos

ATINGIDOS: 150 famílias

600 envolvidos



lescentes que buscam nas ruas formas de lazer e sobrevivência vinha aumentando consideravelmente no município.

Tal prática expõe os jovens a uma série de riscos sociais e a constante vulnerabilização, podendo ter acesso fácil a drogas, armas e até mesmo iniciação na vida criminal.

Em vista desse problema potencial, a prefeitura de Rolândia decidiu, através do CRIAR, proporcionar condições de integração do público infantojuvenil à sociedade, possibilitando-lhe o ingresso ao mercado de trabalho pela formação educacional.

A família também é envolvida no processo de formação dos jovens por meio da implantação de grupos de pais para orientação com a assistente social e com a pedagoga, possibilitando o aconselhamento e acompanhamento familiar da sua realidade.

ATENDIMENTO

O atendimento no CRIAR é voltado à proteção social básica e à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

Grande parte das atividades realizadas são através de oficinas de informática, cozinha experimental, artesanato, convivência e esporte, artesanato e costura, karatê, teatro e oficina de artes, além de oficinas esporádicas, tais como cabeleireiro, manicure, técnico em informática, dança, entre outros.

As atividades são desenvolvidas tanto no período matutino quanto no vespertino, além do atendimento psicológico que é oferecido pelo Centro nesses períodos.

As oficinas são feitas em locais que possibilitem não apenas o aprendizado, mas a avaliação de desempenho dos alunos por parte do educador.



RECONHECIMENTO

Mensalmente é realizado o chamado “Bazar do Comportamento”, que visa estimular principalmente o comportamento dos educandos durante a realização das atividades nas oficinas diárias, reconhecendo o seu desenvolvimento.

Nesse bazar cada educando acumula ou perde pontos diariamente, conforme seu comportamento. Tais pontos são trocados por moeda fictícia que possibilita a compra de diversos objetos como roupas, sapatos, brinquedos, bicicleta, maquiagem, alimentos e outros. Os produtos e objetos do bazar são obtidos através de doações da comunidade.

Com essa atividade, os educandos têm a oportunidade de aprender a organizar suas finanças, fazer uma poupança e utilizar melhor o seu dinheiro através das compras feitas com a moeda fictícia.

Os pais também são envolvidos no processo, orientando e incentivando seus filhos, sendo responsabilizados quanto ao processo educacional em que os educandos estão inseridos, o que interfere na melhoria da gestão financeira familiar. Os

pais recebem o mesmo valor em moeda fictícia atribuído aos filhos, e com ele podem, na mesma data do Bazar, comprar produtos alimentícios em uma feira montada especialmente para esta finalidade.

AVANÇOS

O projeto atinge cerca de 150 famílias em vulnerabilidade social de diversos bairros do município, somando um total de 600 pessoas envolvidas.

Com a participação nas atividades do Centro de Referência à Criança e ao Adolescente, os jovens melhoram seu aprendizado e seu comportamento tanto no ambiente familiar quanto em sua vida social.

Vale ressaltar que a demanda atendida faz parte de várias escolas do município, pois um dos critérios de participação é estar estudando.

Os resultados obtidos com as crianças e adolescentes têm trazido benefícios para a escola que eles frequentam em função do aumento no nível de participação dos alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade.



Município adquire novos empreendedores com o projeto “Vocação em Ação”

“Vocação em Ação” é o nome do projeto desenvolvido no município de Telêmaco Borba que recebeu o troféu Prêmio Gestor Público, durante a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), por valorizar o trabalhador da região.

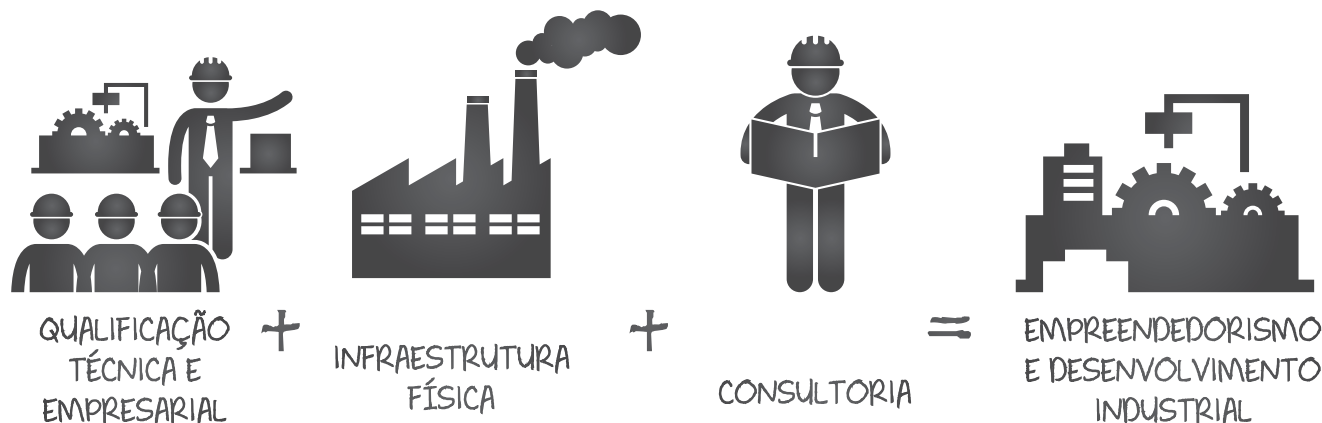
Localizada na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, Telêmaco Borba também é conhecida como “capital do papel e da madeira” e, por isso, o governo municipal

decidiu investir em qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo no ramo madeireiro.

O projeto, iniciado em 2010, visa estruturar empresas viáveis economicamente para serem implantadas no município a partir do incentivo aos empreendedores locais na área moveleira e de construção civil. Para isso, inicialmente o projeto contempla a qualificação técnica e empresarial na área moveleira e de construção civil.

Para tornar a iniciativa possível, o governo municipal estabeleceu uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para treinar e orientar os trabalhadores, com o objetivo de alavancar o polo moveleiro e de construção civil do município.

Assim, além de o projeto promover o crescimento e o desenvolvimento econômico local, também



viabiliza a verticalização da indústria madeireira local.

OPORTUNIDADE

A “capital do papel e da madeira” ocupa a posição de sexto maior polo industrial do Paraná, sendo centro de referência nacional no setor.

De acordo com levantamentos realizados pelos gestores, a maior parte do setor madeireiro de Telêmaco Borba é composto por micro e pequenas empresas que, juntas, respondem por mais de 90% dos estabelecimentos.

Já o segmento construção civil foi escolhido visando diversificar a atividade econômica de Telêmaco Borba, em vista da ampliação dos investimentos anuais em construção civil decorrentes da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e do programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal.

Diante desse contexto, havia a necessidade de uma ação estruturante entre os atores locais (poder público e instituições geradoras do conhecimento e tecnologia) no intuito de criar um ambiente propício que alavancasse os setores de móveis de madeira e construção civil. Frente a tal cenário, os gestores municipais implantaram o projeto incentivando o empreendedorismo como forma de gerar maior desenvolvimento econômico.

EMPREENDEDORISMO

A primeira etapa do projeto, realizada em parceria com o Sebrae, consiste na qualificação técnica e empresarial no ramo madeireiro. Inicialmente, o projeto contou com cerca de 180 participantes que apresentaram 10 propostas de empresas a serem abertas na área.



Os integrantes participaram do curso “Aprender a Empreender”, no qual tiveram conhecimento do que é necessário para a gestão de um pequeno negócio.

A segunda etapa foi realizada em conjunto com o Senai, na qual os participantes receberam qualificação técnica e empresarial na área madeireira. Na sequência, formaram-se grupos de trabalho entre os participantes para a elaboração de projetos, os quais foram inseridos no Hotel de Projetos Inovadores (HPI) desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria e o Senai.

No início do projeto, os participantes receberam apoio estratégico para formação de empresas no modelo incubadora.

As empresas receberam infraestrutura física e serviços de consultoria, suporte e assessoria para o desenvolvimento e criação do empreendimento incubado com foco nos temas principais, ou seja, madeira e mobiliário, carpintaria, aglomerados, compensados, chapas e fibras de madeira.

Os participantes foram assessorados na elaboração do plano de

negócio e do projeto para a implantação da empresa, na pesquisa de viabilidade de produto no mercado, no desenvolvimento de protótipos, na avaliação do *design* do produto, identificação de pontos de melhorias e no aproveitamento de recursos.

DESENVOLVIMENTO

Com a implantação do projeto “Vocação em Ação”, o município teve um grande desenvolvimento econômico e industrial.

O incentivo gerado pela qualificação e pelo suporte dado aos participantes do projeto favoreceu a criação de diversas novas empresas no município, proporcionando a diversificação na atividade econômica de Telêmaco Borba.

Com a criação das empresas, novos produtos com caráter inovador e sustentável foram inseridos no mercado, como painéis decorativos de alta durabilidade fabricados a partir do reaproveitamento dos resíduos de pinus e eucalipto, por exemplo, o que representa o crescimento da indústria e respeito ao meio ambiente, com opções de consumo sustentável aos consumidores.



Projeto “Lixo que Vale” transforma a reciclagem de Umuarama

Na cidade de Umuarama, na região noroeste do Paraná, o projeto “Lixo que Vale” modificou os hábitos de vida de cerca de duas mil famílias, através da conscientização sobre a importância da reciclagem para o desenvolvimento sustentável da cidade.

O projeto de gestão ambiental, premiado com o troféu Prêmio Gestor Público na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), foi criado para a população participar ativamente na separação do material reciclável que se encontrava espalhado pela região e, em contrapartida, receber os benefícios oferecidos pela prefeitura que geram mudanças em sua qualidade de vida.

Idealizado pela Secretaria

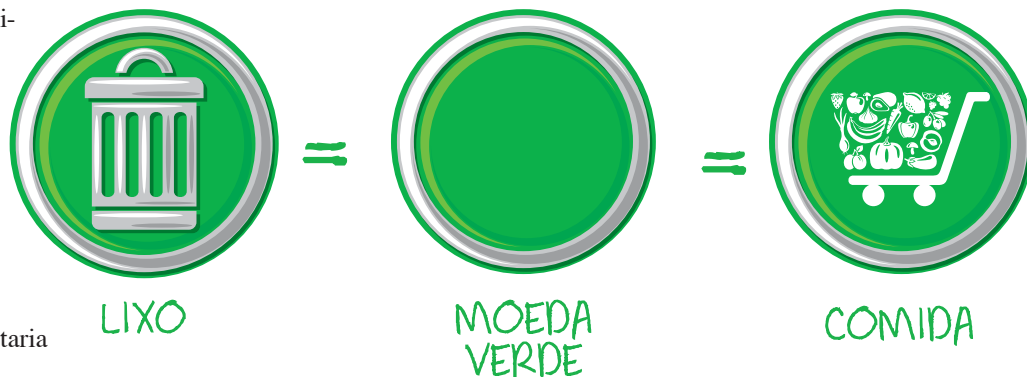
Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Umuarama, em 2011, para recuperar uma área de proteção ambiental, nesta nova etapa do projeto a Secretaria visa conscientizar os moradores sobre a importância da manutenção da limpeza do ambiente para o desenvolvimento local.

A iniciativa possibilita aos cidadãos trocar o lixo reciclável por “moedas verdes”, que lhes dão direito à compra de alimentos orgânicos produzidos por agricultores fami-

liares da região. Pretende-se conscientizar a população com relação ao meio ambiente para melhorar a sua qualidade de vida por meio do ambiente saudável e da alimentação adequada.

A proposta contempla ainda a diminuição considerável no número de focos do mosquito da dengue com a limpeza da cidade.

Para isso, os gestores municipais implantaram a coleta de materiais recicláveis que podem ser os causa-



dores de risco de contaminação ao meio ambiente em áreas de manancial e com problemas de vulnerabilidade social.

MOEDA VERDE

A “moeda verde” foi criada pela prefeitura para estimular os cidadãos a praticarem a separação do lixo em suas próprias casas, mostrando-se proativos para conquistar os benefícios oferecidos pela prefeitura.

Semanalmente, uma equipe da prefeitura municipal realiza, de porta em porta, a coleta do material reciclável. Durante a coleta, o lixo reciclável arrecadado por cada família é pesado pelos agentes e o peso total é trocado por “moedas verdes”, na proporção de uma moeda para um quilo de material reciclável.

A TROCA

Todo o material recolhido é encaminhado pela prefeitura para a Cooperativa de Catadores de Umuarama, que recebe gratuitamente os materiais e fica responsável por sua venda.

Parte do resultado da venda dos materiais repassado pela Cooperativa de reciclagem para a prefeitura é utilizado para a aquisição de alimentos produzidos exclusivamente por agricultores familiares, que extraem sua renda daquilo que produzem no campo.

Quinzenalmente é realizada uma feira exclusiva para a troca de “moedas verdes” por alimentos. Entretanto, os cidadãos não podem realizar a troca por apenas um tipo de produto, pois deve-se obedecer as limitações de ordem nutricional para a compra de produtos na feira, conforme tabela preparada pela nutricionista da Prefeitura.



A tabela nutricional prevê a distribuição adequada de cada um dos produtos para as famílias, conforme a necessidade de nutrientes, bem como a uniformidade na compra de todos os alimentos.

São disponibilizados na feira alimentos adquiridos da agricultura familiar como verduras, legumes, frutas, carnes, ovos, doces, pães, bolachas, geleias e biscoitos, cada qual com seu respectivo valor na “moeda verde”.

BENEFÍCIOS

A implantação do projeto interferiu em diversas áreas que vão desde questões ambientais, econômicas e sociais, com geração de renda, saúde e nutrição da população, beneficiando a uma grande parcela da região por sua abrangência.

A redução do impacto ambiental gerado pelo descarte inapropriado do lixo foi um dos principais benefícios resultantes do projeto. A diminuição da poluição do solo, da água e do ar, a redução da exploração de recursos naturais e o prolongamento da vida útil dos aterros sanitários

são algumas das melhorias trazidas à região.

Com o envolvimento da comunidade trabalhando para eliminar os resíduos descartados em locais inapropriados, a iniciativa também contribuiu para a preservação do único manancial de captação de água para o abastecimento da cidade de Umuarama e ajudou a eliminar focos de dengue da cidade. Ou seja, há uma nova postura que é a consciência e a responsabilidade de todos para que os resíduos sólidos tenham a destinação correta.

Além do benefício da troca por alimentos e da melhor nutrição das famílias, a população ganha com a geração de emprego e renda pela comercialização dos recicláveis, reduzindo o consumo de energia e diminuindo o desperdício.

Ao encaminhar os resíduos para a Cooperativa, a prefeitura gastou menos com a limpeza urbana e criou a oportunidade de fortalecer e gerar renda adicional tanto às organizações comunitárias, com a reciclagem de materiais que iriam para o lixo, quanto aos pequenos produtores rurais, com a compra de seus produtos pelo governo.



“PESCÔ” ajuda o município de Campo Largo a se livrar das drogas

“PESCÔ” é a sigla do projeto de prevenção em escolas e comunidades e construção de políticas públicas sobre substâncias psicoativas com foco na precaução, desenvolvido no município de Campo Largo.

O projeto de assistência social premiado com Certificado de Reconhecimento no I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) visa consolidar no município a construção de uma política pública fortemente voltada à prevenção das drogas.

Constatando o excessivo uso de Substâncias Psicoativas (SPAs), a prefeitura entendeu como prioritário

implantar o projeto para redução no uso de drogas e para garantir a sua replicação mediante capacitação continuada e controle social.

Para os gestores de Campo Largo, atuar diretamente com a prevenção do problema é a melhor opção para o município, visto que depois de instalados os processos de dependência química e suas morbidades associadas, o custo financeiro e social aumenta consideravelmente, o que resulta em condições de difícil custeio.

Para combater as drogas o projeto prevê, essencialmente, atuações

preventivas ligadas diretamente à escola, à comunidade, aos profissionais que integram as secretarias do executivo municipal e aos dependentes químicos em processo de ressocialização.

Para o desenvolvimento das ações são utilizadas ferramentas variadas no meio social, artístico e cultural que garantam a legitimidade, consenso e cooperação coletiva para combater as drogas.

Com a iniciativa, a prefeitura traz a problemática ao conhecimento da comunidade, promove o interesse pelo tema e, com o passar do



tempo, desenvolve uma cultura local voltada à prevenção das drogas.

PREVENÇÃO

O trabalho de combate ao uso de drogas consiste na conscientização dos cidadãos sobre o potencial nocivo das substâncias e sobre a importância da adoção de hábitos saudáveis para a preservação da vida, o qual deve resultar, consequentemente, na redução da demanda do consumo de drogas.

Um dos eixos de atuação é o preventivo pedagógico, no qual são feitas intervenções preventivas em ambientes educacionais, em todas as escolas do município abrangendo pais de alunos, alunos e corpo docente.

Tais intervenções podem se dar com o diálogo com a comunidade escolar, pela transmissão de informações, aconselhamento, palestras e capacitação do corpo docente.

Além da questão pedagógica, o “PESCÔ” também conta com o programa preventivo artístico cultural e esportivo que envolve a capacitação e prevenção na própria comunidade.

Nesse programa são realizadas ações de cunho cultural nas escolas do município, praças e ruas voltadas principalmente a crianças e jovens como, por exemplo, oficina de grafite, música, teatro, dança, uma edição do circuito paranaense de skate na cidade permeadas por interações de cunho preventivo.

COMUNIDADE

Outro eixo de atuação do projeto é o comunitário, através da capacitação comunitária, com o programa “ABC do controle social”, que tem como meta capacitar cerca de 300



cidadãos que representem as mais variadas regiões do município.

Para a capacitação os representantes participam de fóruns de discussão e da conferência municipal de políticas sobre drogas e da criação de cronograma de assembleias municipais públicas para o acompanhamento e atualização do plano municipal de políticas sobre drogas.

Desse modo, além da comunidade estar ciente sobre a situação do município, ainda atua junto ao governo municipal nas políticas sobre drogas.

REINserÇÃO

O uso excessivo de drogas resulta, muitas vezes, na exclusão social do dependente, que acaba tomando atitudes que o privam do acesso aos sistemas sociais básicos, como família, moradia, trabalho e saúde.

Após o tratamento e a recuperação do usuário, é necessário iniciar sua ressocialização nas relações sociais das quais ele estava excluído.

O “PESCÔ” contempla ações no eixo ressocializante para a capacitação profissional de usuários de

crack, álcool e outras drogas por meio de cursos técnicos como o programa escola da cerâmica, atividade tradicional do município que é o maior produtor de cerâmica do Brasil.

As atividades de capacitação e ressocialização profissional de dependentes químicos são realizadas em parceria com o Centro de Ciências e Tecnologia Cerâmica do Paraná (CESTEC) e Instituto Tecnológico Federal.

Desse modo, o projeto possibilita aos ex-dependentes aprender um novo ofício e conquistar seu espaço no mercado de trabalho, voltando a alcançar sua autonomia.

Para oferecer melhor atendimento aos dependentes químicos e a familiares em busca de ajuda e de informações, ou mesmo para contribuir nos casos de tratamento e reinserção, o projeto também atua no eixo funcional.

Tal ação consiste na capacitação de 300 funcionários públicos municipais, nas secretarias de saúde, de assistência social e de educação, as quais possuem relação direta com a temática das drogas.



Projeto promove educação ambiental no município de Ibiporã

“Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos de Ibiporã” é o nome do projeto premiado com Certificado de Reconhecimento na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná, por proporcionar mais educação ambiental e transformar os hábitos dos cidadãos de Ibiporã.

Iniciado em 2009, antes mesmo da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pela Lei 12.305/2010, o projeto transformou a maneira de gerenciar os resíduos sólidos no município paranaense.

Com a educação da população para a separação, o lixo gerado no município é reciclado e compostado. Somente os que não têm viabilidade técnica para serem reaproveitados é que são destinados ao aterro sanitário.

A prefeitura criou o projeto com o objetivo de implantar em todo o município um sistema de coleta se-

letiva de resíduos sólidos domiciliares nas categorias de lixo reciclável, orgânico e rejeitos, contribuindo não apenas para a limpeza da cidade, mas também para a diminuição da superlotação do aterro sanitário local.

Para isso, os gestores trabalharam em conjunto com a população de Ibiporã, iniciado com uma ampla

campanha de orientação aos cidadãos para a separação do lixo diretamente na fonte geradora, ou seja, em suas próprias casas.

Assim, governo municipal e municípios desenvolveram o trabalho com o compartilhamento de responsabilidades para a reciclagem do lixo produzido na cidade.



INÍCIO

Antes da criação do projeto praticamente todo o lixo gerado pelos cerca de 48 mil habitantes - o equivalente a 30 toneladas diárias - chegava misturado no aterro.

Com o aterro sanitário do município com a capacidade esgotada, o governo de Ibiporã encontrou a alternativa de modificar essa situação em um trabalho conjunto com a população.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Ibiporã contratou uma empresa terceirizada para efetuar a coleta do lixo doméstico em três categorias, com destinação adequada para cada uma.

Além disso, no início do projeto foi realizada uma campanha de orientação à população local para que os munícipes se conscientizassem sobre a importância da separação de lixo doméstico e como fazê-la adequadamente.

O SAMAE também implantou o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), finalizado em março de 2010, o que resultou na publicação da Lei Municipal 2.449/2011, conhecida como nova política municipal de resíduos sólidos, que já nasceu em harmonia com as exigências da norma geral federal.

SEPARAÇÃO

Através das orientações, os cidadãos de Ibiporã iniciaram a separação de lixo reciclável, orgânico e rejeitos em suas residências, que posteriormente era coletado pela empresa contratada pela prefeitura.

Com o projeto, os materiais recicláveis como papel, jornais, papelão, vidros e embalagens em geral passaram a ser triados e comercia-



lizados. Através do processo de reciclagem são transformados em novos produtos, possibilitando o seu retorno para a cadeia produtiva e poupando recursos naturais.

Já os materiais orgânicos como restos de comida e alimentos estragados, por exemplo, passaram a ser compostados e transformados em adubo orgânico.

Com isso, apenas os rejeitos, aqueles que não têm viabilidade técnica para serem reaproveitados ou reciclados, como aqueles de banheiro e gerados na cozinha, como papel sujo com óleo e guardanapos usados, são encaminhados ao aterro sanitário.

MUDANÇA

Em relação à separação de lixo, o “Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos de Ibiporã” resultou em uma grande mudança de cultura e de atitude da população, que desde o início participou maciçamente do projeto. Pelos resultados de pesquisas de opinião de julho de 2010, 96% da população passou a participar da coleta.

Com o monitoramento dos resíduos coletados foi possível mensurar

a evolução do programa, que registrou aumento significativo na quantidade de recicláveis e de rejeitos coletados e diminuição dos orgânicos.

De acordo com pesquisas da prefeitura, a coleta de recicláveis, que no sistema antigo era de 1700 kg/dia, passou a ser de quase 5100 kg/dia em julho de 2010, representando crescimento de aproximadamente 300%. Já os rejeitos passaram de 1300 kg/dia em novembro de 2009, primeiro mês de coleta seletiva, para quase 5000 kg/dia em julho de 2010.

Em conjunto com o programa de coleta seletiva foram realizadas obras de adequação e de recuperação do antigo aterro - o qual se encontrava esgotado, poluindo solo e água - com a construção de nova vala de rejeitos impermeabilizada, drenos de gás e chorume, destinação do chorume para sistema de tratamento e constante compactação e recobrimento do lixo.

O antigo aterro também foi interditado e recuperado, tendo todos os resíduos recobertos com terra para evitar a filtragem de água da chuva e reduzir a produção de chorume, odores e presença de animais.



Ipiranga aposta em futuro sustentável

Os gestores municipais de Ipiranga demonstraram sua preocupação com o futuro do município com o “Projeto Ambiental Ipiranga Sustentável”, premiado com Certificado de Reconhecimento na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

O projeto visa conscientizar a população e, em especial, as crianças do município sobre a importância do meio ambiente e da sustentabilidade.

Para isso, são promovidas diversas ações envolvendo toda a comunidade escolar com o objetivo de contribuir na preservação do meio ambiente através do cooperativismo entre todos os municípios.

A iniciativa engloba uma série de mini projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo. Dentre eles, estão o mini projeto leitura reciclável, gincana ambiental, mini coope-

rativas, ecoideias, verde é vida e o mini projeto agenda verde é vida.

Todas essas ações são voltadas a reduzir e reaproveitar o maior volume possível de materiais recicláveis descartados no município, com o apoio das escolas, dos professores, da comunidade e da prefeitura municipal.

O principal trabalho feito pelo projeto é o de ensinar e conscientizar as crianças sobre o seu papel como cidadãos para a preservação ambiental.

Além disso, o projeto estende o processo de conscientização ambiental a toda a população, visando não



apenas o recolhimento de materiais recicláveis, mas, também, que os munícipes deem a destinação correta aos resíduos e contribuam para a manutenção da limpeza da cidade.

ENSINANDO

O projeto é direcionado principalmente à conscientização das crianças sobre a importância das questões ambientais para o futuro do planeta.

Cerca de 1.300 alunos da educação infantil e do ensino fundamental de todas as escolas, tanto da zona urbana quanto da zona rural do município, são envolvidas pelo projeto.

As professoras transmitem os ensinamentos em sala de aula, de maneira lúdica e motivadora, de modo a despertar o interesse das crianças pelo tema. Nas aulas as crianças aprendem que o ser humano necessita de tudo o que há no planeta e, por isso, todos precisam cuidar, renovar e cultivar os elementos essenciais à vida.

Assim, os alunos são incentivados a adotar posturas e hábitos de proteção ao meio ambiente, seja em casa, na escola ou em qualquer outro local.

Durante o decorrer do ano são realizadas gincanas, concursos de redação, paródias, entre outras atividades para envolver as crianças com as questões ambientais de forma saudável e divertida.

EXEMPLO

As escolas tiveram que se tornar “amigas do meio ambiente” para proporcionar um ambiente melhor e servir como exemplo aos alunos.

Toda a comunidade escolar foi mobilizada para reduzir a produção de lixo e implantar ações de reaproveitamento de todo o material que puder ser reutilizado.



A prefeitura realizou um levantamento do perfil ambiental das escolas, a fim de verificar se possuem área verde, horta, separação de lixo e outros projetos ambientais sendo realizados nos locais.

Além disso, foi feito um acompanhamento dos projetos específicos desenvolvidos nas escolas pelos professores como a horta comunitária, reciclagem de lixo, bacia hidrográfica como unidade de estudo, trilhas ecológicas, plantio de árvores, recuperação de nascentes, por exemplo.

MOBILIZAÇÃO

Os cidadãos de Ipiranga foram mobilizados para a conscientização sobre as questões ambientais e sobre seu papel.

A mobilização com a comunidade local contou com diversas campanhas educativas utilizando os meios de comunicação disponíveis. Os materiais da campanha buscaram informar a população em relação à problemática ambiental da região e levar à comunidade o conhecimento necessário para a construção da cidadania.

A população foi incentivada a tomar atitudes simples no seu dia

a dia, mas que fazem uma grande diferença na realidade do município, como separar o lixo reciclável e evitar o descarte de detritos em locais inapropriados.

A mobilização também serviu para promover a integração entre todos os membros da comunidade e a implantação dos atos de cidadania relacionados ao ambiente no cotidiano da população.

SUSTENTABILIDADE

As ações do projeto realizadas tanto nas escolas quanto na comunidade em geral despertaram nos munícipes o olhar crítico para as questões ambientais.

Em 2012, durante a execução do projeto, foram arrecadados quase quatro mil toneladas de materiais recicláveis, resultado da conscientização de alunos e cidadãos, que mudaram alguns conceitos de reciclagem para o descarte consciente dos resíduos.

Assim, foram desenvolvidas no município competências e valores que levam os cidadãos a repensar e a avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias e as suas consequências no meio ambiente em que vivem.



Saúde e agricultura são beneficiadas com o projeto “Café da Roça e da Moda”

“Café da Roça e da Moda” é o nome do projeto que transformou a agricultura familiar e a saúde de cerca de mil trabalhadores das roças e das confecções do município de Paraíso do Norte.

Iniciado em 2011, o projeto que conquistou o Certificado de Reconhecimento da primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), feito em conjunto com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), desenvolve ações no setor agropecuário e familiar do município.

O objetivo da iniciativa é viabilizar uma boa alimentação aos trabalhadores de baixa renda do município, através de refeições com valores nutricionais adequados, por meio da distribuição de kits café da manhã ou café da tarde.

A melhoria na alimentação beneficia tanto os trabalhadores quanto o município, pois além de garantir o aporte energético dos trabalhadores para que possam desenvolver suas atividades diárias sem comprometimento nutricional, também melhora sua produtividade, aumentando a força de trabalho local e reduzindo as faltas no ambiente de trabalho.

Para o fornecimento das refeições, a prefeitura de Paraíso do Norte adquire alimentos junto à Co-

operativa Regional da Agricultura Familiar (COAFNOR), o que gera a estruturação do processo produtivo da agricultura familiar de forma associada, integrando-a a cadeia de agronegócios da região.

Além de promover melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores com a prática de hábitos alimentares saudáveis, a iniciativa também beneficia os agricultores da região, que aumentam suas vendas e se fortalecem com o fornecimento de alimentos para o projeto.



ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL = + SAÚDE
+ DISPOSIÇÃO
+ PRODUÇÃO

PAAT

Com o Programa de Auxílio à Alimentação do Trabalhador (PAAT), o projeto atende cerca de mil trabalhadores de Paraíso do Norte registrados formalmente, que em função de renda insuficiente se encontram em situação de risco nutricional, gerado pela má alimentação.

Com o projeto há a complementação alimentar seja no café da manhã ou no café da tarde durante a rotina de trabalho dos servidores.

O cardápio de refeições é elaborado pela nutricionista do município, e a cada dia é oferecido um tipo de alimento de acordo com as distribuições da tabela nutricional.

Aos trabalhadores é fornecido diariamente um café balanceado conforme a necessidade nutricional baseada em uma dieta de 2000 calorias diárias.

Dentre os alimentos que compõem o kit entregue aos trabalhadores estão pão, acompanhado de manteiga, queijo, salame ou doce de leite, bolachas, bolo; como bebida tem café com leite, achocolatado, iogurte, ou suco natural de polpa de frutas.

SAÚDE

Para enfrentar um longo dia de serviço, os trabalhadores necessitam de energia suficiente para realizar suas atividades, principalmente em ambientes como as roças e indústrias de confecção que exigem grande esforço físico.

Até a implantação do projeto, muitos trabalhadores iniciavam sua jornada sem sequer fazer o desjejum - considerado por nutricionistas como a refeição mais importante do dia -, o que resultava em tremores



e mal-estar pela necessidade do organismo de ingerir nutrientes.

Com o fornecimento diário das refeições pelo município e com o consumo de alimentos saudáveis controlados pela nutricionista local, os trabalhadores beneficiados pelo projeto contaram com benefícios em vários aspectos de saúde.

Através da alimentação balanceada e bem distribuída, os trabalhadores conquistaram o aporte energético para o desenvolvimento de suas atividades diárias gerado pela melhora no funcionamento do organismo.

Desse modo, com uma alimentação equilibrada e rica em nutrientes, o projeto garantiu mais qualidade de vida aos trabalhadores.

AGRICULTURA

Com a criação do projeto “Café da Roça e da Moda” e do Programa de Auxílio à Alimentação do Trabalhador, a agricultura familiar do município de Paraíso do Norte conquistou maior espaço no mercado.

Isso porque os alimentos utilizados para o desenvolvimento do projeto são adquiridos exclusiva e

diretamente do pequeno produtor rural, através da Cooperativa Regional da Agricultura Familiar.

Além daquilo que é adquirido direto da agricultura, como as frutas e verduras, por exemplo, também são valorizados os alimentos com produção artesanal como pães, bolos, queijos, salames, entre outros produtos desenvolvidos no município.

Com isso, foi possível agregar mais valor aos produtos que são fabricados pelos familiares e que antes não tinham espaço no concorrido mercado.

A iniciativa agrega valor ao produto e ainda incorpora valor à propriedade mediante a modernização do sistema produtivo.

Com o governo municipal focado na agricultura familiar, criou-se uma cultura de valorização e de inserção do produtor rural em ações multilaterais.

Com a aquisição dos alimentos, o projeto proporciona aos agricultores o aumento de renda e os valoriza com a sua integração à cadeia de agronegócios no município e com a profissionalização dos produtores familiares.



Mulheres conquistam novo espaço no município de Piên

Representando 48% da população total do município, as mulheres de Piên, até 2008, não possuíam nenhum projeto e nem local exclusivo para desenvolver atividades direcionadas ao público feminino.

Entretanto, a partir de 2009, a prefeitura municipal passou a realizar o projeto do “Centro de Atendimento à Mulher (CAMU)”, premiado com Certificado de Reconhecimento no I Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), que surgiu das reivindicações das próprias mulheres da região.

O Centro foi criado com o objetivo de oferecer à população feminina do município um espaço onde elas pudessem de-

envolver diversas atividades voltadas ao fortalecimento de sua convivência familiar, profissional, social e, acima de tudo, que promovam satisfação, bem-estar e qualidade de vida às cidadãs.

Para isso, o Centro conta com espaço para a realização de serviços voltados à saúde, capacitação profissional, cultura e lazer para todas as mulheres que tiverem interesse em participar e, tanto mulheres da

área urbana quanto da área rural da região foram beneficiadas com as atividades e os serviços oferecidos pelo CAMU.

O principal foco do projeto é a valorização da mulher, para que ela tenha um local para se sentir acolhida e fazer outras atividades que não sejam as tarefas cotidianas de dedicação à família, casa e trabalho.

Com o projeto CAMU, a pre-

CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER (CAMU)



ACADEMIA



PISCINA



CURSOS



SALA DE
INFORMÁTICA



ATENDIMENTO
SAÚDE

feitura estima atender cerca de 700 mulheres, tanto nas atividades ofertadas no Centro quanto com as estendidas à comunidade, de maneira a somar na vida da população, em especial às mulheres.

NECESSIDADE

No início de 2009, agentes do governo de Piên fizeram inúmeras visitas no município com o objetivo de realizar reuniões em todas as comunidades da região para verificar as demandas dos moradores.

Durante os encontros constatou-se na maioria das comunidades e casas visitadas que as solicitações voltavam-se ao mesmo objetivo: a necessidade de um local qualificado para o desenvolvimento de atividades de lazer e que contribuíssem e estimulassem o retorno financeiro.

Além de um ambiente para auxiliar na geração de renda extra no orçamento familiar, foi constatada a necessidade de criar uma agenda de eventos que valorizasse a mulher piênense, por meio de atividades que melhorassem a sua qualidade de vida e a sua autoestima. Foi através deste levantamento que a prefeitura de Piên desenvolveu o projeto.

CAMU

O Centro é aberto a toda a comunidade feminina que demonstrar interesse em participar do projeto, sem distinção, oferecendo atividades e serviços para mulheres a partir dos seis anos de idade.

A estrutura física conta com uma área total de aproximadamente 857 metros quadrados de edificação, com academia, sala de ginástica, sala de musculação, piscina aquecida para as aulas de hidroginástica e natação, ambientes de la-



zer com sala de exposição artesanal entre outros.

Para promover a capacitação profissional, o ambiente também conta com salas para a realização de oficinas, cursos, palestras e atendimento psicológico, cozinha industrial para curso de culinária e sala de informática.

No CAMU são oferecidos cursos das mais diversas áreas, como auxiliar administrativo, manicure, panificação, manuseio e produção de alimentos, artesanatos, confecção de biscoito, pintura de pano de prato e bordado em fita, por exemplo.

COMUNIDADE

Além do espaço e das atividades oferecidas no Centro de Atendimento à Mulher, o projeto abrange a realização de ações realizadas paralelamente nas comunidades, com os mesmos objetivos dos desenvolvidos no CAMU, a fim de levar esses benefícios àquelas pessoas que não podem se deslocar até o Centro.

O Grupo da Melhor Idade, que conta com aproximadamente 130 mulheres participantes, e o Grupo de Integração, que conta com cerca de

200 participantes, são exemplos de projetos estendidos à comunidade.

CONQUISTAS

O projeto atinge 81% da população feminina do município de Piên, equivalente a 4.310 cidadãs, o que demonstra o sucesso do Centro de Atendimento à Mulher entre as moradoras.

A vida profissional e a geração de renda familiar das participantes do projeto foram transformadas pela capacitação profissional oferecida pelo CAMU, que possibilitou o aumento no empreendedorismo e na ampliação da contratação de trabalhadoras qualificadas.

A saúde, bem-estar e qualidade de vida das frequentadoras do Centro passaram a ser mais valorizados através dos serviços e dos espaços ofertados para a realização de atividades físicas, lazer e recreação.

Apesar de intangíveis, os benefícios trazidos pelo CAMU para as mulheres piênenses resultaram em maior satisfação pessoal, profissional e familiar pela conquista de direitos fundamentais.



Crianças de Ponta Grossa aprendem durante o trajeto para a escola

No município de Ponta Grossa, o projeto “Educando no Transporte Escolar” possibilitou às crianças aprenderem sobre as regras de trânsito urbano durante o trajeto entre suas residências e a instituição de ensino na qual estudam.

O projeto, premiado com Certificado de Reconhecimento durante a primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), foi iniciado em 2013 visando ampliar a educação no trânsito no município para cerca de 1.600 crianças dos 110 permissionários de Transporte Escolar da região.

Com o objetivo de formar crianças conscientes quanto à segurança do seu transporte diário e nas suas relações com o trânsito, o projeto abrange alunos das primeiras séries do ensino básico das escolas municipais.

Com o lema “preservar a vida”, através da conscientização das crianças como futuros motoristas, o projeto visa ainda reduzir o número de acidentes e infrações geradas pela imprudência. Para a realização do

projeto, o governo municipal contou com o apoio de agentes de trânsito para transmitir o conhecimento aos menores que utilizam o transporte escolar.

Tendo em vista a facilidade de aprendizado e o fato dos pequenos se espelharem naquilo que seus pais ou responsáveis fazem, durante suas vivências no meio urbano, as crianças podem assimilar algumas práticas que podem indicar situações de risco.



Por isso, a necessidade de proporcionar aos pequenos, desde cedo, noções de cidadania e regras de trânsito para que futuramente se tornem motoristas conscientes sobre as práticas corretas e possam repassar tais informações a seus familiares e amigos.

Entendendo a importância da educação no trânsito, não apenas para melhorias no município, mas na sociedade como um todo, a prefeitura de Ponta Grossa iniciou o projeto com o diferencial de educar as crianças no momento em que elas estão diretamente em contato com o meio no percurso para a escola.

O PROJETO

O projeto “Educando no Transporte Escolar” é realizado pela prefeitura de Ponta Grossa com a colaboração de agentes de trânsito da região, que acompanham as crianças em pelo menos um dos trajetos de ida até a instituição de ensino ou de retorno para as residências.

Durante o percurso, os agentes conversam com os menores para transmitir de maneira lúdica informações educativas, através de uma linguagem adequada à sua idade, e de brincadeiras para facilitar a compreensão e o aprendizado dos pequenos estudantes.

A educação de forma lúdica possibilita também que as crianças assimilem comportamentos que posteriormente se tornarão hábitos e passarão a fazer parte de sua rotina de vida.

As orientações realizadas durante o trajeto até a escola, além de otimizar o tempo para o aprendizado, ainda possibilitam a educação para a formação cidadã.

Durante as conversas, os agentes buscam ensinar aos menores as



regras básicas e modos de como se comportar com segurança em suas viagens e no trânsito em geral.

Além disso, com o objetivo de contribuir para o aprendizado, os agentes também distribuem diversos materiais educativos sobre o tema, para que as crianças possam levar os materiais para casa e ler junto com seus familiares e amigos.

Nesses materiais, as crianças podem encontrar informações acerca de como se comportar com segurança a bordo do transporte escolar.

EDUCAÇÃO

A educação no trânsito é essencial para a organização do fluxo urbano, bem como para a redução dos índices de infrações e acidentes.

Entretanto, não são apenas os adultos que compõem o trânsito; crianças e adolescentes igualmente estão inseridos nesse meio, seja como pedestres, ciclistas ou como passageiros de automóveis e do transporte coletivo.

Por isso, essa educação precisa ser transmitida não apenas aos adultos, mas também ao público infanto-juvenil para a formação de cidadãos

mais conscientes e críticos a respeito do trânsito.

O objetivo de transmitir esses ensinamentos às crianças é principalmente orientá-los para o respeito às leis de trânsito como uma atitude cidadã, como aprender a atravessar a rua na faixa de pedestres e respeitar o semáforo, por exemplo.

Através da educação as crianças se conscientizam sobre suas responsabilidades e por suas condutas no trânsito.

Durante as instruções, é preciso fazer com que as crianças se recordem de suas experiências no trânsito para que possam refletir e assimilar as ações corretas a serem tomadas como cidadãos inseridos nesse contexto.

Além do conhecimento, a orientação também possui papel fundamental para a prevenção de acidentes, na medida em que as crianças transmitem também para sua família como um comportamento incorreto pode causar consequências graves.

A orientação das crianças serve também como uma ponte para sensibilizar pais, familiares, educadores e sociedade em geral para a adoção de ações voltadas à ampliação da segurança no trânsito.



Moradores de Santa Terezinha do Itaipu se engajam por uma cidade mais limpa

Ruas, parques e até mesmo terrenos baldios foram transformados pelo “Projeto Cidade Limpa”, que recebeu Certificado de Reconhecimento na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) por realizar trabalho entre governo e população para a redução dos entulhos espalhados por toda a cidade.

Iniciado em 2013, o projeto foi desenvolvido com o objetivo de transformar a realidade do município que possuía diversos bairros com grande quantidade de resíduos poluindo o ambiente.

O recolhimento dos entulhos espalhados pelo município e a manutenção da limpeza pública pela conscientização da população foram os enfoques da prefeitura nesse projeto.

Dentre os principais materiais causadores da poluição da cidade encontram-se os chamados “resíduos

inservíveis”, compostos por móveis, madeiras, galhos, folhas entre outros objetos descartados incorretamente.

Além da preocupação com a poluição do meio ambiente e com a preservação ambiental do município, a saúde também foi um fator decisivo para a implantação do projeto, em vista dos focos de dengue gerados pelo acúmulo de lixo.

A redução do alarmante índice de infestação de dengue para menos de 1%, de acordo com os termos de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), foi uma das metas do projeto.

O PROBLEMA

No início de 2013, as Secretarias Municipais de Agropecuária e Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos e Planejamento de Santa

CIDADE LIMPA



Terezinha do Itaipu realizaram um levantamento sobre a quantidade de lixo descartado indevidamente pelo município.

Durante o levantamento os agentes de governo visitaram locais e verificaram denúncias dos próprios moradores, fazendo registros e catálogos ilustrados com imagens para traçar o perfil de cada região do município, apontando os pontos críticos encontrados.

Durante o estudo foi constatado o problema com os lixões espalhados por todos os bairros, pelo hábito comum da população de dispensar lixo e entulhos em terrenos baldios particulares e em passeios públicos.

CONSCIENTIZAÇÃO

Paralelamente à coleta dos entulhos pela cidade, a prefeitura desenvolveu ações visando conscientizar a população sobre os riscos do descarte incorreto de lixo e de entulho tanto para a saúde como para o meio ambiente, destacando o risco de epidemia de dengue e de poluição ambiental.

Através de informes publicitários, panfletos, cursos e palestras, foi feito um trabalho conjunto com a Secretaria Municipal de Educação para conscientizar os moradores sobre o seu papel como cidadãos, esclarecendo as ações que melhoram a qualidade de vida, como a correta destinação do resíduo, por exemplo, e preparando-os para os desafios de um meio ambiente sustentável.

COLETA

Com base no levantamento feito pelas Secretarias, o município foi dividido em quatro regiões para a realização da coleta, em datas determinadas para cada local.



Para o “Projeto Cidade Limpa” foi desenvolvido um cronograma de coleta pública de resíduos inservíveis de forma intercalada entre as quatro grandes regiões da cidade, fazendo uma espécie de “rodízio” entre os locais durante a semana. Tal organização conseguiu minimizar custos e maximizar resultados do trabalho.

Desta forma, os moradores foram orientados a colocar os resíduos na frente de seu imóvel no respectivo dia da coleta em sua região.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, responsável pela coleta, desenvolve o trabalho de terça a sexta-feira passando em cada rua da região.

Após o recolhimento, os Fiscais de Obras e Posturas do Município realizam vistoria pela cidade na semana posterior a da coleta, a fim de verificar o cumprimento do cronograma, podendo, inclusive, aplicar notificações e multas aos munícipes que infringirem as regras, acumulando lixo e materiais inapropriados, conforme previsão em Lei Municipal.

TRANSFORMAÇÃO

A conscientização da população

sobre a importância da destinação correta dos resíduos e da preservação ambiental resultou na mudança de hábito dos munícipes, que contribuíram na transformação da cidade e serão parceiros para a manutenção dessa prática.

Com o desenvolvimento do projeto, a Secretaria Municipal de Educação estendeu o trabalho às escolas municipais e aos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), para garantir educação ambiental permanente e formar cidadãos preocupados com o futuro do município.

Além da melhoria no serviço de coleta dos resíduos do município, o projeto também possibilitou minimizar o custo público dos serviços, em vista da implantação do cronograma de coleta que organizou o trabalho permitindo a atuação de um número reduzido de funcionários.

Com a limpeza, o projeto também tornou a cidade menos propensa à infestação de insetos, de vetores de doenças e de animais peçonhentos, reduzindo os acidentes e as doenças causadas por esses animais e diminuindo, assim, o impacto financeiro no custo da saúde pública.

Galeria de Fotos





I PGP-PR

Equipe do I Prêmio Gestor Público Paraná

COMITÊ TÉCNICO

Agenor Carvalho Dias; Carlos Dell Agnelo; FERNANDES dos Santos; João Marcos de Souza; Laerzio Chiesorin Junior; Nilce Costa de Oliveira Nascentes; Reginaldo de França.

COORDENAÇÃO-GERAL DO PGP-PR

Laerzio Chiesorin Junior

AVALIADORES DE PROJETOS

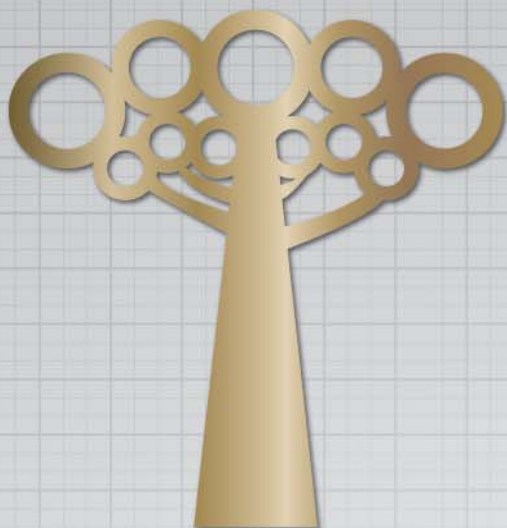
Ademar Caetano da Silva; Adenir Zanin; Alexandre Seixas; Ana Paula Pelizari M. Lima; Antonio Clydon Siqueira Junior; Ciro Fernando Cvilikas; Eerson Lopes da Silva; Hamilton da Silva; Helder Marques Yano; Jacir Ailton da Silveira; James Corradini; José Américo Silva Pinto; Laura Noriko Tsuge; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Lauro Yassuaki Yokoyama; Luiz Carlos Macoris; Manoel Marques Neto; Marcelo Domakoski; Maria Teresa Dal Bianco Negrisoni; Marta Jandira Quaglia Gambini; Osni Vito; Roberto Aparecido Piekarczyk; Rosa Fatima dos Santos; Sergio Evaristo Machado; Sergio Luiz de Oliveira Franco; Silço Massao Takeshita.

COMISSÃO JULGADORA

Agenor Carvalho Dias – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP);
Virginia B. Cano – Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIFISCO-RS);
Pedro Lupion – Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP);
Luiz Fernandes de Moraes Junior – Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA);
Juarez Miguel Rossetim – Agência de Fomento do Paraná;
Robson Valentim – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR);
Akichide Walter Ogasawara – Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
Michael Richard Reiner – Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON);
Fernanda Schuhli Bourges – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
Elisio Eduardo Marques – Associação Paranaense de Imprensa (API).

EQUIPE DE APOIO

Guilherme Borges e Valéria Silva Ribeiro Adão.



II PRÊMIO
GESTOR PÚBLICO
PARANÁ

2014

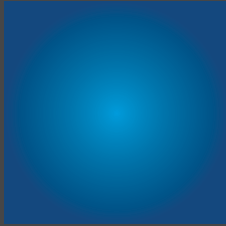


Bons exemplos devem ser **valorizados** e **multiplicados**

GESTOR,
INSCREVA SEUS PROJETOS NA
SEGUNDA EDIÇÃO DO PRÊMIO
GESTOR PÚBLICO PARANÁ

SAIBA MAIS EM

www.pgp-pr.org.br



Realização:



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ
www.sindafep.com.br

O Prêmio Gestor Público
é uma marca
de propriedade do:



Participação
Especial:



Patrocínio:



Fomento Paraná

Apoio:

